

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

RUTH LÉA SANTOS

PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE SUJEITO

**VITÓRIA
2008**

RUTH LÉA SANTOS

**PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE
SUJEITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística na área de concentração de Texto e Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.

**VITÓRIA
2008**

Ruth Lea Santos

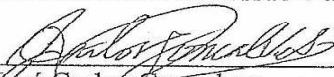
PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE SUJEITO

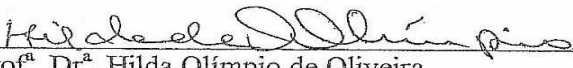
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Aprovada em 04 de julho de 2008.

Comissão Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Virginia Beatriz Baesse Abrahão
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador e Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora


Prof. Dr. José Carlos Gonçalves
Universidade Federal Fluminense
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora


Prof.^a Dr.^a Hilda Olímpio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S237p Santos, Ruth Léa, 1965-
Paráfrase : uma questão de discurso e de sujeito / Ruth Léa Santos. – 2008.
115 f. : il.

Orientadora: Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Paráfrase. 2. Subjetividade. 3. Análise do discurso. I. Abrahão, Virgínia Beatriz Baesse. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

DEDICO ESTA DISSERTAÇÃO EM MEMÓRIA DE ADALGISA E FRANCISCO, MEUS PAIS, PORQUE HÁ MUITO ACREDITARAM NO CONHECIMENTO COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

Porque simplesmente foi a pessoa fundamental na realização desse nosso trabalho de dissertação. Por isso, o espaço e as palavras aqui empregadas não fazem jus à importância que assumiu, não só na realização deste trabalho, mas também em nossa vida acadêmica. Este trabalho iniciou e terminou com a Professora Virgínia Abrahão, já que foi em disciplina por ela ministrada na graduação que tomamos conhecimento da paráfrase como uma das problemáticas da linguagem e a importância da compreensão do fenômeno, apontando o(s) (des)caminho(s) e o(s) rumo(s) na realização do percurso. Muito além das questões acadêmicas, há a sensibilidade em perceber o humano em cada um, os limites e, nesse sentido, vale o incentivo para o aprofundamento dos estudos com vistas à superação. Por tudo isso a nossa palavra é apenas uma: obrigada.

Ao Professor Dr. José Carlos Gonçalves (UFF)

Agradeço pela leitura atenta e perspicaz deste trabalho e em especial pelas sugestões valiosas apresentadas por ocasião da defesa.

À Professora Dra. Hilda de Oliveira Olímpio (UFES)

Agradeço pela imensa contribuição não só nas bancas de defesa e qualificação, mas em todo o percurso do trabalho, pela disponibilidade e generosidade com que sempre nos atendeu, pelos materiais proporcionados, pelas indicações de leituras, além de esclarecimentos teóricos e outras discussões mais específicas. Eternamente grata, grande Mestra.

Ao Professor Dr. José Augusto de Carvalho (UFES)

Agradeço muito a esse professor, sobretudo, pela contribuição no que se refere à obra *La Paraphrase*, de Catherine Fuchs.

À Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

É certo que, às vezes, basta apenas uma palavra para mudar o destino de uma pessoa. Tivemos a grata satisfação de receber essa palavra de apoio em um momento difícil, além de indicações e materiais. Muito obrigada.

À Professora Dra. Andréa Antonili Grijó (UFES)

Agradeço o apoio e o incentivo, bem como as observações dadas a respeito do trabalho.

À Profa. Dra. Lillian Virgínia DePaula Filgueiras (UFES)

Não poderia de deixar de modo algum de agradecer a essa professora, em especial, porque percorreu grande parte desse caminho conosco. Assim, em primeiro lugar, agradecemos pelo aceite inicial como sua orientanda, só chegamos até aqui por conta desse primeiro passo dado em nossa direção. Em segundo lugar, por toda contribuição no que diz respeito ao trabalho, bem como a confiança em nós depositada.

Agradeço ainda a todos os demais professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para chegarmos ao final deste trabalho. Especialmente, pela disposição, arrojo e galhardia em abrir esse Mestrado em Estudos Lingüísticos.

A todos os amigos, pessoas especiais, que dividem conosco os momentos mais difíceis e os mais felizes de nossas vidas. A trajetória sem o incentivo de todos seria bem mais árdua, por isso, o meu sincero agradecimento.

À turma e agregados que surgiram pelo caminho: Arlene, Celi, Elaine, Emanuele, Enoch, Ilione, Joseane, Karen, Kátia, Luciana, Ludmilla, Marcela, Mônica, Tatiana.

Muito, em especial, à Luciana, pela intercessão e pela disponibilidade em nos ouvir, colocando-se sempre à disposição.

Aos leitores atentos desse nosso trabalho: Karen, Enoch e, em especial, Arlene, que não apenas leu, sugeriu, mas também intercedeu por nós.

À Kátia, pela generosidade e preocupação em nos apoiar em momentos bem difíceis.

Às amigas Celi, Karen e Ilione – a tríade – que compartilharam momentos de risos e choramingos, sempre generosas, capazes de se doar sem restrições. Amigas muitíssimo especiais que seguirão para sempre em nosso coração, vida afora e com quem esperamos compartilhar muitos outros momentos.

Aos Familiares

A todos os irmãos e todos os sobrinhos, especialmente, àqueles que acompanharam esse percurso mais de perto, como minha irmã Solange Iara, que sempre nos incentivou a seguir em frente e que acreditou em nossa capacidade, por mais difícil que o caminho se mostrasse.

Ao meu irmão José Marcos e minha sobrinha Tatiana, por confiarem em nós, tanto que foram, literalmente, os fiadores desse trabalho.

A Simone, Fabiana, Sônia e Profa. Ilza Britran pela paciência, generosidade e atenção que sempre me dispensaram no percurso desse trabalho.

Ao Governo Federal e Estadual por proporcionarem a bolsa de mestrado concedida pela FAPES, possibilitando-me dedicação exclusiva, sem a qual seria difícil a realização desse trabalho.

Sobretudo, ao Deus vivo, criador dos céus e da terra, por mais esta vitória.

*Nada
vem
do
nada.
(Quintiliano)*

RESUMO

Esta pesquisa pretendeu investigar a paráfrase como atividade argumentativa, diferentemente da concepção clássica, que a concebe como uma tentativa de tradução/reprodução de um mesmo conteúdo com outras palavras. Dentro da concepção aqui adotada, a paráfrase é caracterizada como uma estratégia de reformulação, na qual o sujeito/autor retoma, intencionalmente, um enunciado, dentro de um contexto comunicativo diferente, provocando deslocamentos de sentido, nos quais a paráfrase assume um importante papel na cadeia argumentativa do texto. Esses deslocamentos de sentido se dão mesmo em uma situação em que a paráfrase é contingente, como é o caso do *corpus* escolhido, redações de vestibular, em que é apresentada uma coletânea que serve de base para a construção do texto. Buscou-se, portanto, a compreensão desta argumentatividade, provocada pela paráfrase. A questão que este trabalho levanta é: qual a efetiva participação do sujeito/autor na atividade parafrástica ao realizar a estruturação textual na construção/produção de sentido do texto? Ou seja, que deslocamentos de sentido são provocados pela paráfrase no processo argumentativo. Como estratégia metodológica, a fim de evidenciar o papel que a paráfrase assume no discurso/texto, recorreu-se às categorias de paráfrase postuladas por Ribeiro (2001): modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Os resultados levaram-nos a defender que, a paráfrase é produzida argumentativamente, de acordo com o projeto de dizer do sujeito/ autor, que na retomada de um 'já-dito', dito de outro modo, acrescenta outros novos sentidos ao texto.

Palavras-chave: Paráfrase, Argumentação, Sujeito, Construção de sentido.

ABSTRACT

This research investigated the paraphrase as an argumentative activity that differs from the point of view of the classical conception, which sees it as an attempt to a simple translation/reproduction of a same context, expressed in different words. In our conception, the paraphrase is, characteristically, a reformulating strategy, where the subject/author intentionally retakes a statement from a different communicative context, causing a displacement of meaning in which the paraphrase takes over an important role in the argumentative activity of the text. These shifts in meaning occur even in situations in which the paraphrase is contingent, as in the selected *corpus* for this work, i. e. essays from the university entrance examination, in which a selection of texts is presented as the base to the structuring of the text. So, a comprehension of the argumentativity caused by the paraphrase was researched. The central inquiry in this paper is: What's the effective participation of the subject/author in paraphrastic when building a textual structure for the construction/production of meaning? In other words, which meaning displacement is triggered by the paraphrase in the argumentative process? As a methodological strategy, with the purpose of highlighting the role that the paraphrase takes over in the discourse/text, we used the paraphrase categories postulated by Ribeiro (2001), modeling, intensifying or emphatic, gradual, referential, explanatory, exemplifying, eliciting. The results led us to defend that the paraphrase is argumentatively produced according to the subject/author's speech project which, by taking the 'already said' and saying it in other way, adds new meanings to the text.

Key-words: Paraphrase, Argumentation, Subject , Meaning construction.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Texto 12 de Ribeiro	61
Quadro 2 –	Texto 18 de Ribeiro	62
Quadro 3 –	Texto 21 de Ribeiro	63
Quadro 4 –	Texto 27 de Ribeiro	65
Quadro 5 –	Texto 33 de Ribeiro	67
Quadro 6 –	Texto 36 de Ribeiro	67
Quadro 7 –	Texto 40 de Ribeiro	68
Quadro 8 –	Linguagens oral e escrita: condições de produção	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA PARÁFRASE	20
2.1	O INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO	21
2.1.1	Paráfrase: definição do termo	23
2.1.2	A perspectiva lógica da equivalência formal entre frases	26
2.1.3	A perspectiva de paráfrase como sinonímia de frases	28
2.1.4	A perspectiva de paráfrase como atividade de reformulação	29
3	A PARÁFRASE COMO ESTRATÉGIA DE (RE)FORMULAÇÃO TEXTUAL: A ARGUMENTAÇÃO EM FOCO	33
3.1	KOCH – PARÁFRASE: UMA ESTRATÉGIA TEXTUAL DE INTERAÇÃO E DE (RE)FORMULAÇÃO	34
3.2	FUCHS - A PARÁFRASE COMO UMA ATIVIDADE METALINGÜÍSTICA DOS	
3.3	SUJEITOS.....	40
3.4	HILGERT - A PARÁFRASE E SEU CARÁTER METAFORMULATIVO E DE REFORMULAÇÃO	43
	RIBEIRO - A PARÁFRASE NA ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO E NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NA LINGUAGEM ORAL: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	51
3.4.1	Apresentação das Categorias	59
3.4.1.1	PARÁFRASE MODALIZADORA	60
3.4.1.2	PARÁFRASE INTENSIFICADORA OU ENFÁTICA	62
3.4.1.3	PARÁFRASE GRADATIVA	63
3.4.1.4	PARÁFRASE REFERENCIADORA	64
3.4.1.5	PARÁFRASE EXPLICATIVA	66
3.4.1.6	PARÁFRASE EXPLICITADORA	67
3.4.1.7	PARÁFRASE EXEMPLIFICADORA	68
4	APRESENTAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS LINGUAGENS ORAL E ESCRITA: UM TEMA ANTIGO	71
4.1	DA TRADIÇÃO ORAL À ESCRITA: UM RECORTE DE ESTUDO	71
4.2	A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM BAKHTIN: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?	77
4.3	O CONTINUUM ORAL E ESCRITO NA CONCEPÇÃO DE MARCUSCHI	80
5	ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO PARAFRÁSTICA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA	83
5.1	PERCURSO METODOLÓGICO	84
5.2	APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA	87
5.3	ANÁLISE DO CORPUS	88
5.4	CONCLUSÕES DA ANÁLISE	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
	APÊNDICE A – LEITURA COMPLEMENTAR	111
	ANEXO 01 – TEXTO A	112
	ANEXO 02 – TEXTO B	114

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a escolha da paráfrase como mote de pesquisa deve-se ao fato de ela ser um dos vetores estruturantes do discurso, que opera deslocamentos significativos na produção de sentidos.

A atividade parafrástica possui uma natureza complexa e seu estudo remonta aos preceitos retóricos. Com o passar do tempo esse conceito é repensado por diferentes correntes que levaram em conta desde os princípios da lógica formal até os princípios do discurso. Tais princípios discursivos, já considerados dentro de uma concepção moderna, constituirão o eixo de abordagem desta pesquisa. Assim, a paráfrase continua na pauta de investigação de diferentes correntes dos estudos lingüísticos.

Em linhas gerais, a paráfrase é tida como uma atividade que retoma o conteúdo de um texto fonte, que, reformulado segundo o ponto de vista do sujeito, pode incidir tanto sobre a questão central quanto periférica que, nesses casos, pode ser uma estratégia argumentativa de realçar/ocultar algo já exposto no texto original.

A aproximação com essa temática deu-se quando na disciplina de Semântica, ainda na graduação, participei de um trabalho em grupo, cujo objetivo era investigar algumas concepções e modos de abordagem da paráfrase em diferentes teóricos/autores, gramáticas normativas, livros didáticos e dicionários de Lingüística.

Nesse “tatear” inicial, já se buscava questionar uma perspectiva meramente referencial da paráfrase em direção a uma abordagem discursiva. A aproximação foi pequena, mas já se pôde observar que não se tratava de um processo simples, e sim de uma das problemáticas da linguagem, haja vista que o interesse pelo tema tem atravessado séculos. Na ocasião, concluímos que a compreensão do fenômeno parafrástico exigia estudos bem mais amplos. Percebemos, ainda, que para esse estudo seria necessário delimitar o campo teórico da abordagem, pois a paráfrase pode ser observada sob variados pontos de vista.

Assim, desse percurso inicial restou-nos o interesse por um conhecimento mais específico da atividade parafrástica, em especial porque nessa breve aproximação percebemos que há muito que se interrogar sobre essa temática. Entendemos que a paráfrase apresenta uma riqueza de possibilidades que só um olhar mais atento pode observar. Interessaram-nos em especial as questões associadas à subjetividade presente no texto/ discurso.

O tema ainda não tem recebido uma atenção de destaque, isto é, a altura da sua problemática e complexidade, em especial, nas gramáticas, nos livros didáticos, e, arriscamos dizer, nas salas de aulas. A paráfrase é uma das questões de linguagem que pode proporcionar (e proporciona) ao sujeito discursivo inúmeras possibilidades entre o dito e os modos de dizê-lo (conscientemente ou não), que interferem na produção de sentidos. Desse modo, sob uma perspectiva da argumentatividade, a paráfrase pode contribuir nas estratégias de produção textual.

Como exemplos da insuficiência dessa abordagem, pudemos observar o Dicionário de lingüística, de J. Dubois e outros (1978), que numa primeira acepção da palavra *paráfrase*, mantém a concepção tradicional: um enunciado A é paráfrase de um enunciado B se contém a mesma informação que B. Contudo, no mesmo dicionário, em uma outra entrada, a paráfrase é vista como desenvolvimento explicativo de uma unidade de um texto, o que já aponta para um trabalho do sujeito na expressão do fenômeno.

Já David Crystal (1988), em seu Dicionário de lingüística e fonética, fala de paráfrase como termo usado na Lingüística para indicar o resultado ou o processo de produzir versões alternativas de uma sentença ou texto sem alterar o significado, reduzida, portanto, ao nível sintático.

Ainda, nesse contato inicial com a paráfrase, examinamos também algumas gramáticas, como as de Rocha Lima (2000), Bechara (2001) e Perini (2001), que não abordam, entretanto, esta questão, relegando, conseqüentemente, o fenômeno a outro plano de análise.

Outros, como Cury, Paulino e Walty (1998:30) entendem que ocorre paráfrase quando “a recuperação de um texto por outro se faz de maneira dócil, isto é, retomando seu processo de construção em seus efeitos de sentido”. Mas o que será resgatar de “maneira dócil um conteúdo? Quais seriam, portanto, as maneiras menos dóceis de resgate de conteúdos?

Para Othon Garcia (1986), a paráfrase se apresenta como recurso de aprimoramento de vocabulário e de reestruturação da frase pela explicação e como forma de tradução dentro da língua, mas uma tradução mais clara, sem comentários ou omissão do que seja essencial.

Pode-se também citar Ilari (2001, p.140), para quem “duas sentenças são paráfrase uma da outra quando descrevem de maneiras equivalentes um mesmo acontecimento ou um mesmo estado de coisas”, ou, ainda, como mecanismos próprios do léxico.

Enfim, como se pode depreender dessas concepções, o que transparece ainda é uma concepção tradicional de paráfrase que pouco acrescenta ao trabalho com a produção textual/discursiva, além de apresentar o fenômeno parafrástico como um mecanismo isento de intencionalidades, meramente sintático.

Mediante essa “gênese” de aproximação com a paráfrase e a par dessas abordagens do fenômeno, interessamo-nos por uma compreensão da paráfrase que respondesse a uma concepção mais ampla da atividade parafrástica, que considerasse a subjetividade envolvida na questão, particularmente o papel que o sujeito assume (consciente ou não) no seu “manejo”, já que se trata, a nosso ver, de uma atividade parcialmente languageira, de um complexo fenômeno da linguagem que acontece/ interfere na atividade discursiva dos sujeitos e na própria construção/ produção do texto.

Assim, considerando tais aspectos com relação à paráfrase, passamos a buscar autores que dessem suporte a uma percepção desse fenômeno como atividade inerente ao sujeito e ao discurso, ou melhor, que revelassem o papel da paráfrase enquanto atividade discursiva, participante da construção e progressão textual, bem

como da produção de sentidos. Em verdade, buscamos um “recorte” de estudo da atividade parafrástica enquanto estratégia argumentativa do sujeito, que revelasse o “quadro” de suas escolhas e, conseqüentemente, as funções que a atividade parafrástica assume ou pode assumir nesse processo.

No percurso desta dissertação, serão revisitadas algumas discussões sobre a paráfrase, perpassaremos desde uma concepção lógico-formal voltada para questões de identidade até uma concepção de vertente mais discursiva, enfatizando autores como Fuchs (1982 e 1985) e Hilgert (1999 e 2002). Contudo, a base teórica de sustentação desta pesquisa encontra-se em Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006) e a sua base metodológica em Ribeiro (2001), que segue na mesma linha de Koch. Ribeiro, em sua dissertação, propõe 7 (sete) categorias de paráfrase pelas quais possibilita “materializar/visualizar” a argumentatividade dos textos.

O recorte teórico-metodológico respalda-se na paráfrase como instância interativo-discursiva destinada à produção de sentidos, a partir de um ponto de vista do enunciador/ locutor/ escritor. Ou seja, nesse processo, há de se considerar que há uma manipulação intencional do texto-fonte cuja dinâmica discursiva extrapola o reducionismo de “trocar seis por meia dúzia”.

Por esse ângulo discursivo, apoiamos-nos em Koch (2002c, p.79), pois, de acordo com sua proposta, a atividade parafrástica é um fazer textual que, “em se fazendo”, vai adquirindo “forma” e “encorpando” o já dito num novo dito. Assim, ao incorporar uma “nova forma” ao texto, a paráfrase pode ser avaliada no entremeio das relações dialógicas e argumentativas.

Nessa perspectiva, cumpre-nos observar de que maneira a paráfrase se articula na organização argumentativa – foco de investigação deste trabalho de pesquisa, pois conforme afirma Koch (2002a), filiando-se à corrente ducrotiana, a linguagem é essencialmente argumentativa.

Temos, portanto, por hipótese que a paráfrase nunca é mera repetição de um conteúdo anteriormente dado, sendo ela um ato de (re)formulação, já que se

constitui como uma atividade de um sujeito inserido em condições de produção específicas e com intencionalidades diferenciadas. Desse modo, a questão que este trabalho levanta é: qual a efetiva participação do sujeito/ autor na expressão da atividade parafrástica em função da construção/ produção de sentido do texto?

Objetivamos contribuir para uma aproximação entre à discussão sobre a paráfrase e a efetiva produção de texto em salas de aula, pois, na medida em que trazemos autores que a concebem sob o prisma da argumentatividade e retiramos dela o “simplismo” da mera repetição, passamos a entender que a discussão sobre o modo pelo qual a paráfrase se processa em muito pode esclarecer o produtor de texto sobre os mecanismos da construção textual. Nesse sentido, as categorias expressas por Ribeiro (2001) se nos apresentam como passíveis de apreensão, pelo professor, bem como pelos alunos.

Portanto, ainda que pareça muito simples a proposta aqui apresentada, de demonstrar, em redações de vestibular, o valor argumentativo da paráfrase, pesquisas anteriores, conforme pode ser apreciado, demonstram que esta discussão ainda não chegou às salas de aula ou manuais didáticos de redação. Por isso, esta pesquisa se apresenta como uma tentativa de concretização dessa aproximação tão necessária, todavia não alcançada.

Segundo Koch (2002a, p.126), a cadeia argumentativa no fazer textual não se faz apenas com argumentos novos, “originais”. Se assim o fosse, o discurso seria simplesmente incompreensível, já que ignoraríamos os conhecimentos prévios e socialmente partilhados. A retomada de argumentos já conhecidos é, portanto, essencial para definir o eixo argumentativo, auxiliando também na coesão-coerência textual e, conseqüentemente, na compreensão do texto.

Cabe acentuar que a construção parafrástica não é apenas uma prática de um sujeito repetidor, mas de um sujeito discursivo-pragmático que, ao elaborar um “novo” texto, leva em conta que o interlocutor-leitor seja capaz de retomá-lo ou pelo contexto ou pelo seu conhecimento de mundo. Esses aspectos configuram a base de produção de sentidos para que o sujeito possa interagir discursivamente, mobilizando conhecimentos cristalizados (culturais, históricos, ideológicos, etc).

Esses conhecimentos, de tanto serem repetidos, fazem parte, por assim dizer, de um “texto virtual” a que ambos têm acesso, o escritor/locutor e o leitor/interlocutor do texto.

À parte a noção básica de “repetição” que perpassa a questão da paráfrase, o texto parafraseado é atravessado por elementos novos, tanto em relação às escolhas lingüísticas quanto à estrutura sintática - que cumprem funções relevantes na argumentatividade, pois apresentam papéis diferenciados na reformulação. Essa estratégia possibilita apresentar um “já dito” com um novo olhar, criando diferentes contornos discursivos, o que imprime singularidade ao novo texto.

Na linha de Bakhtin [1979] (2003; 2000), em que o “querer-dizer” do locutor mais que fixa sentido, filia-se Ribeiro (2001), defendendo que, na atividade argumentativa, o papel dos interlocutores é fundamental para estabelecer o diálogo intra e interdiscursivo, porque esse “querer-dizer”, esse projeto argumentativo sempre “inaugura” outros e novos sentidos. Assim sendo, Ribeiro (2001, p.75) entende que

[...] o emprego das paráfrases, como um mecanismo de organização textual, ocorre, em muitos casos, em função de um propósito argumentativo, de acordo com a dupla imagem feita por locutor e interlocutor e com as imagens que estes fazem da língua e do objeto do discurso.

Para a realização do percurso, organizamos esta pesquisa com os seguintes capítulos: O capítulo 1 compreende a introdução. O capítulo 2 abarca a perspectiva histórico-lingüística da paráfrase. Destacamos aí o aspecto conceptual que fundamenta a discussão sobre paráfrase, a definição do termo e as perspectivas pelas quais ela tem sido estudada na Lingüística. Já no capítulo 3 situamos o nosso referencial teórico-metodológico na abordagem do fenômeno da paráfrase.

Pela natureza do *corpus* escolhido - redações de vestibulandos —, nosso foco de análise centra-se no acontecimento da paráfrase na escrita. Por isso, no capítulo 4 procedeu-se a uma abordagem sobre as características próprias das linguagens oral e escrita, delimitando-se as condições de produção pertinentes a cada modalidade. Assumimos com Marcuschi (2003, p.37) que “(...) as diferenças entre

fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”.

No capítulo 5 realizamos a análise do *corpus* escolhido para esta pesquisa. E o capítulo 6 e 7 referem-se, respectivamente, às considerações finais e às referências bibliográficas do trabalho.

Assim, esta pesquisa parte de uma concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num quadro argumentativo-discursivo; atividade esta reveladora da intenção e da interação do sujeito que se faz e se constrói na e pela linguagem. Assumimos, portanto, que, na condução desta pesquisa, o processo de produção de sentidos é tributário da “inter-ação pela linguagem”.

2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA PARÁFRASE

Aguça-nos, nesta discussão sobre o fenômeno parafrástico, uma percepção que não se prenda à “velha” questão de identidade absoluta sobre verdade e falsidade traçadas em muitos estudos. Ao contrário, o que suscita e apaixona nesta discussão sobre a paráfrase é, exatamente, o que por muito tempo esteve fora das discussões sobre linguagem, o envolvimento do sujeito em tais questões, o seu papel e a sua capacidade de interagir pela linguagem, pelas mais diversas formas e pelos mais diversos propósitos e resultados.

Compreende-se que a paráfrase, na perspectiva lógico-formal, ou seja, centrada nas condições de verdade e falsidade, passa por um vínculo com o sistema da língua. Nesta visão estruturalista não se focava o sentido do texto como um todo, uma vez que o sentido estava de certo modo excluído do interesse das pesquisas. Enfim, a preocupação era com a forma e não com o sentido.

Buscava-se, nessa perspectiva, portanto, certa regularidade inerente ao sistema da língua; todavia, a transposição de frases era intuitivamente percebida como mantenedora de um mesmo sentido. Ou melhor, pode-se dizer que a base da paráfrase, sob esse olhar, era a natureza sintática das relações entre frases, disponíveis no sistema da língua. Diferentemente do que percebemos a partir de uma perspectiva de reformulação, cujo foco de interesse é o texto, no qual as questões que entram em “cena” são de natureza discursiva.

Por esse ângulo, deve-se sublinhar que a própria subjetividade não é “largada” ou, propositadamente, esquecida; ao contrário, ocupa lugar de destaque na busca pela compreensão do fenômeno parafrástico. Assim, observando esses entremeios e essas inquietações, buscaremos situar neste estudo a atividade de (re)formulação para refletir sobre a ocorrência da paráfrase na linguagem escrita.

É nesse contexto que objetivamos discutir o fenômeno parafrástico, posto que, na linha de Fuchs (1982, p.175), entendemos que

la paraphrase est un phénomène langagier (c'est-à-dire une activité de langage menée par des sujets dans des situations de discours données), qui n'est que partiellement linguistique (c'est-à-dire s'appuyant sur des relations complexes en langue, qui contribuent à l'établissement d'un jugement de paraphrase, sans pour autant le déterminer absolument).¹

Nesse sentido, carreamos também a atividade argumentativa dos sujeitos que realizam/participam da estrutura textual e da construção do sentido, o que implica a presença de outras vozes e, conseqüentemente, reescrituras polifônicas.

Nesse entrecruzamento de vozes, elencamos autores que buscam compreender esse fenômeno como uma atividade discursivo-interativa dos sujeitos, reconhecendo que a paráfrase se impõe como uma estratégia de produção de sentido. Assim, operando sobre deslocamentos de sentidos, apresentaremos sucintamente um panorama histórico sobre o estudo da paráfrase, enfocando a concepção de base que a fundamenta, além de revisitar as principais perspectivas pelas quais o fenômeno parafrástico é estudado. Em seguida, buscamos definir a concepção e a questão central da pesquisa, ou seja, a paráfrase como atividade argumentativa na linguagem escrita.

2.1 O INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO

Sabemos que a paráfrase é um tema que remonta à Antigüidade. No entanto, as relações entre os “ditos” e os modos de dizê-los constituem um instigante tema que aguça a curiosidade de muitos estudiosos ainda hoje, posto que o dinamismo da linguagem como “inter-ação” requer sempre um novo olhar, mesmo incidindo sobre “já-ditos”, deixando sobre a superfície textual resquícios de outros dizeres, numa espécie de texto palimpsesto, que metaforicamente, segundo Arrojo (1988, p.23-24), “[...] passa a ser o texto que se apaga, em cada comunidade cultural e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do “mesmo” texto”.

¹ a paráfrase é um fenômeno languageiro (isto é, uma atividade de linguagem realizada por sujeitos em situações de discurso dadas), que só é parcialmente lingüística (isto é, que se apóia em relações complexas em língua, que contribuem para o estabelecimento de um julgamento de paráfrase, sem por causa disso determiná-lo absolutamente).

Obs : Todos os trechos da obra de Fuchs, C. *La paraphrase*, 1982, foram traduzidos, para uso didático, pelo Prof. Dr. José Augusto de Carvalho.

Esse novo camuflado de velho ou vice-versa colabora para a estruturação temática e a progressão textual, conferindo ao produto final – o texto – unidade. Os sentidos e/ou deslocamentos de sentido que a paráfrase efetua vão ao encontro de uma perspectiva interacionista e dialógica da linguagem. Esses são os fatores preponderantes que levam diversos estudiosos a se debruçarem sobre este tema.

Um dos mais importantes trabalhos sobre a paráfrase é o livro intitulado *La paraphrase*, de Catherine Fuchs (1982), que busca, ao que parece, mapear exaustivamente a discussão sobre a temática na obra, haja vista a quantidade de autores citados no percurso do trabalho, até chegar à concepção que a autora defende para a análise/percepção do fenômeno parafrástico. Nesse mesmo trabalho, a autora, ao traçar o panorama histórico sobre a paráfrase, reconhece sua natureza complexa devido a evidências subjetivas, uma vez que se torna necessário deslocar-se do nível lingüístico para o discursivo, sem, contudo, perder o fenômeno de vista.

Esse jogo entre os referidos níveis demanda um olhar apurado para estabelecer uma perspectiva metalingüística, ou seja, a própria reflexão que se faz sobre a linguagem pode determinar ou não o fenômeno, já que a subjetividade é inerente ao processo, o que conseqüentemente, implica escolhas e pontos de vista adotados pelo sujeito. Entende Fuchs (1982, p.169) que

[...] dès lors que l'attention du sujet est explicitement attirée sur l'activité métalinguistique de comparaison des séquences, celui-ci se fait analyste, linguiste, et relève les différences (<< les synonymes se trouvent (alors) dans le plein éclairage de la conscience>>, comme le note Gauger, op. cit., p. 129), alors que pourtant il arrive aux sujets de traiter les mêmes séquences comme identiques, dans leur rapport spontané au langage.²

Assim, e até por causa disso, nos questionamos: afinal, o que é paráfrase? Como surgiu esse fenômeno de linguagem? Quem se dedicou à compreensão desse

² [...] desde que a atenção do sujeito é explicitamente atraída para a atividade metalingüística de comparação das seqüências, este se torna analista, lingüista, e releva as diferenças [...] (os sinônimos se encontram então na iluminação plena da consciência, como observa Gauger, op cit p.129), enquanto que, no entanto, acontece aos sujeitos tratar as mesmas seqüências como idênticas, em sua relação espontânea com a linguagem.

estudo e por quê? Qual ou quais são as causas que mantêm vivo o interesse pela compreensão e esclarecimento do fenômeno?

As respostas para tais perguntas implicam traçar um panorama histórico que abarca, segundo Fuchs (1985), três perspectivas – Lógico-formal, Sinonímica e de Reformulação – que serão explanadas no decorrer deste capítulo. A opção por essa estratégia visa a situar o leitor acerca do fenômeno parafrástico num *continuum* que vai do lingüístico-formal ao interativo-discursivo.

O universo parafrástico é muito amplo e, como já dissemos, complexo. Portanto, o recorte que fazemos nesta pesquisa não é o de radiografar e nem o de sistematizar uma bibliografia extensa que dê conta de abarcar todas as correntes que já abordaram o fenômeno. Importa-nos examinar a argumentatividade na linguagem escrita, para compreender a paráfrase num domínio de escolhas de um sujeito discursivo.

2.1.1 Paráfrase: definição do termo

Para iniciar a resposta do que venha a ser paráfrase e como surgiu esta questão, retornemos à origem do significado do termo “paráfrase”, que remonta aos gregos. Segundo Fuchs (1982), a palavra deriva dos termos “*para-*” e “*phrasis*”, que significam, respectivamente, “ao lado de” e “ação de exprimir pela palavra” ou “discurso”. Em latim encontramos *paraphrasis*, em francês (século XVI) “*paraphrase*” e seus derivados “*paraphraser*”, “*paraphraseur*”, “*paraphraste*” e, finalmente, em português “*paráfrase*” (século XVII).

Essas acepções ou princípios, por vezes redutores, não explicam toda a potencialidade que engloba o processo discursivo, pois “ao lado de” existe o “paralelo a”, ou seja, uma possibilidade múltipla de elaboração do discurso. Cria-se, assim, uma abertura interpretativa na qual se imbricam os elementos do texto fonte, acrescido de outros recortes/ olhares que o sujeito incorpora ao novo texto, dando-lhe identidade-originalidade.

Segundo Fuchs (1982), esse termo aparece na Retórica Aristotélica, em seu livro terceiro, na exposição das técnicas da verbalização (lexis). Revela-se aí não uma noção ou conceito de paráfrase em si. Em verdade, a Retórica apresenta um conjunto de reflexões sobre o tema.

São três os processos estilísticos estudados por Aristóteles sobre a amplificação, que caracterizam a paráfrase: alternância e repetição de sinônimos (um exemplo é: os verbos *ir* e *andar*); a passagem do nome simples a perífrase (exemplo: *círculo* → *figura plana cujos pontos são eqüidistantes do centro*) e, por último, a utilização da metáfora como estratégia de produção de sentido a partir de deslocamentos, como por exemplo: *dizer de quem roubou* → *que ele pegou e se apoderou*.

Como se pode perceber pelo panorama histórico apresentado por Fuchs (1982), esse é um termo que, desde os gregos, aplicava-se a duas práticas languageiras, ou seja, aos exercícios de reformulação de textos pelos autores (mais especificamente aos exercícios preparatórios à arte oratória) e à exegese dos textos sagrados, o que nos leva a supor que aí já se tratava o fenômeno como uma atividade discursiva.

Essa definição do termo, bem como a aplicação a que se prestava, remete à idéia da retomada de um já-dito, da discussão que se trava entre um texto primeiro, fonte (original) e um texto segundo (traduzido). Nesse contexto, o conflito originalidade *versus* cópia (tradução) parece-nos que se dilui pela ótica da subjetividade, uma vez que entre o texto fonte e o texto traduzido há um sujeito discursivo que participa da produção do sentido, inferindo-lhe suas concepções de mundo e seus valores.

No entremeio dessa discussão, a paráfrase põe em jogo uma contradição fundamental que, segundo Fuchs (1982), repousa na dialética do “mesmo” e do “outro”. E é essa dialética que constitui a problemática de base em matéria de paráfrase e, ao que nos parece, tem sido pormenorizada, contraposta e, às vezes, até mal compreendida, e, portanto, pouco evidente. Defende Fuchs (1982, p.166) que

l'activité de paraphrase met donc en jeu une subtile dialectique du fond et de la forme, du contenu et de l'expression – qui, paradoxalement, se trouve masqué à la conscience des sujets: pour ceux-ci, paraphrase, c'est simplement restituer le contenu, en changeant l'expression.³

Essa relação dialética, segundo a autora, induz a uma “concepção ingênua de paráfrase”, isto é, “dizer a mesma coisa com outras palavras” que, em geral, está presente na memória dos sujeitos e, por que não dizer, na cultura de modo geral. Tais considerações nos levam ao entendimento de que a paráfrase é muito mais ampla que uma reconstrução lingüístico-formal. Haja vista que até muitos pesquisadores não percebem ou não elucidam claramente o “jogo” desse fenômeno languageiro, que ocorre entre “fundo” e “forma”; “expressão” e “conteúdo”.

Esse tratamento generalizante dispensado por alguns teóricos cria, além da confusão, uma dificuldade na compreensão que entra em “cena” na contradição fundamental da paráfrase, a saber: a transformação progressiva do “mesmo” (sentido idêntico) em “outro” (sentido diferente), pois, para Fuchs (1982), no ensejo de se dizer a “mesma” coisa, acaba-se por dizer “outra”.

Pode-se dizer, então, que é essa trama, essa dialética que continua a fomentar o interesse sobre a atividade parafrástica. E isso já responde, ao menos em parte, outra questão anteriormente levantada: o que mantém vivo o interesse pelo fenômeno e pela sua compreensão e esclarecimento?

Observa-se, portanto, que se tem concebido a paráfrase fundamentada a partir desta dicotomia: o “mesmo” *versus* o “diferente”. De tal modo que essa característica da paráfrase atravessa, ou melhor, perpassa, de um modo ou de outro, as suas concepções. Todavia, reduzia-se o “novo” a um nível quase que meramente formal, ou seja, alijado das reflexões discursivas, pois o foco voltava-se para as condições lógicas de verdade e falsidade dentro de uma concepção formal do fenômeno.

³ a atividade de paráfrase põe portanto em jogo uma sutil dialética do fundo e da forma, do conteúdo e da expressão – que paradoxalmente, se encontra mascarada na consciência dos sujeitos: para estes, parafrasear é simplesmente restituir o conteúdo, mudando a expressão.

Fuchs (1985), em artigo traduzido por João Wanderley Geraldi, sob o título *A paráfrase lingüística: equivalência, sinonímia ou reformulação*, destaca que essa atividade despertou o interesse dos estudos lingüísticos sob três perspectivas: a perspectiva lógica da equivalência formal; a perspectiva gramatical da sinonímia e a perspectiva retórica da reformulação, conforme dissemos anteriormente.

No que se refere às duas primeiras perspectivas, apontaremos, em síntese, o objeto de discussão traçado pelos estudiosos. Quanto à terceira, a de reformulação, na qual se insere também este trabalho, veremos um pouco mais detalhadamente.

2.1.2 A perspectiva lógica da equivalência formal entre frases

Na perspectiva lógica da equivalência formal entre frases, a paráfrase remonta à questão na qual, segundo Fuchs (1985, p.130), “duas proposições são ditas equivalentes quando apresentam o mesmo valor de verdade (conjuntamente falsas, ou verdadeiras)”. Um exemplo que ilustra essa perspectiva é: “todos os homens são mortais → não há nenhum homem que não seja mortal”.

Para alguns lingüistas essas regras que estabelecem as “condições de verdade” são pouco claras e de difícil aplicação aos enunciados da língua. Além disso, levam a um desconhecimento da especificidade do sentido. Os lingüistas formais, por exemplo, mesmo quando recusam as “condições de verdade”, retomam da lógica a questão da equivalência, afirmando que duas proposições são equivalentes na medida em que elas compartilham uma propriedade comum. Esse traço de equivalência, defendido por uns e relegado por outros, é o que permeia as discussões sobre paráfrase.

No bojo dessas reflexões, Todorov e Ducrot (1977), no *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*, registram que a compreensão de uma língua implica necessariamente a correspondência entre enunciados dessa língua, considerados como sinônimos ou como semanticamente equivalentes. Os autores (loc. cit. p.261), fazem a seguinte consideração:

de acordo com certos lingüistas americanos reunidos em torno de Z.S. Harris, a descrição de uma língua comporta como parte integrante (e sem dúvida essencial) a construção de um algoritmo de paráfrase, isto é, de um processo mecânico, de um cálculo, que permita prever, a partir de todo enunciado, o conjunto de suas paráfrases possíveis. Pensam mesmo que esse algoritmo de tradução poderia ter uma estrutura matemática mais simples que o algoritmo de produção de frases que constitui as gramáticas gerativas (para Chomsky, ao contrário, o estudo da paráfrase depende do componente semântico, ou seja, é posterior à construção do componente sintático que engendra as frases).

Esta definição deixa evidente o que se busca nessa perspectiva, ou seja, a natureza ou característica lógica da equivalência formal. Segundo esses autores, a noção de paráfrase estudada por Harris examina o mecanismo parafrástico pelo qual se poderia descobrir todo o conjunto de paráfrases permitidas a um enunciado. Logo, investiga-se a *performance* quantitativa e não qualitativa desse fenômeno da linguagem.

Em verdade, segundo Fuchs (1985, p.130), os formalistas acabam estabelecendo famílias de paráfrases, tendo por base “a derivação de enunciados equivalentes a partir de uma fórmula abstrata comum”, na qual também se “considera representar as relações gramaticais profundas, e, portanto, a constância semântica desses enunciados” (base da estrutura profunda da gramática gerativa). Para Fuchs (1985, p.130), o exemplo clássico dessa perspectiva é a relação entre frases ativas e passivas, caso da frase: “Paulo comprou a casa → A casa foi comprada por Paulo”.

A conclusão da autora é que essa abordagem apresenta dois tipos de problemas: primeiro, a consideração do léxico, para o grupo que estuda a paráfrase com base na constância lexical e trabalha apenas com variações de ordem sintática, caso da escola de Harris; segundo, o impacto semântico das operações de derivação, para o grupo que investe na equivalência entre lexicalização e gramaticalização, visando à diversidade de construções sintáticas, caso da semântica gerativa.

Sob a perspectiva lógica da equivalência formal entre frases, limitamo-nos a traçar um apanhado geral das premissas que estruturam esse nível de abordagem, salientando, portanto, que o nosso interesse é a vertente de reformulação, posto

que esta apresenta uma interface discursiva. Essa vertente encontra-se na subseção 2.1.4 e será mais detalhada no capítulo subsequente.

2.1.3 A perspectiva de paráfrase como sinonímia de frases

Segundo Fuchs (1985), na perspectiva de paráfrase como sinonímia de frases, a questão colocada é se a sinonímia lexical é identidade verdadeira de sentido ou se é somente proximidade semântica. Nesse impasse, os questionamentos recaem sobre as supostas semelhanças ou as diferenças entre palavras. Ou seja, numa discussão sobre (in)compatibilidade semântica, dois são os problemas: primeiro, a qualificação das semelhanças e diferenças semânticas; segundo, a noção intuitiva de identidade de sentido na consciência lingüística dos locutores.

No entremeio dessas discussões a respeito da noção de sinonímia, uma questão que atravessa tempos e que remonta à Antigüidade é que ora prevalecem concepções de ordem quantitativa (abundância de palavras com o mesmo sentido), ora de ordem qualitativa (sutis diferenças semânticas). Esse mesmo impasse atravessa a paráfrase, ou seja, questiona-se se uma abordagem estritamente sintática (quantitativa) dá conta de todas as estruturas parafrásticas sem levar em conta a natureza semântica (qualitativa) do fenômeno.

Nessas duas primeiras perspectivas apresentadas, um dos problemas centrais sobre o qual se pode refletir é a questão da referência. Como ambas se baseiam em conceitos de verdade e falsidade, semelhanças e diferenças, a discussão é sobre uma identidade absoluta ou não. Por essa trilha dicotômica, acreditamos que a explanação feita até aqui é suficiente para sintetizar as abordagens formais.

No entanto, como já salientamos anteriormente, o nosso propósito se centra no nível discursivo; sendo assim, segue-se a perspectiva de reformulação, como introdução de uma discussão mais ampla a respeito da paráfrase.

2.1.4 A perspectiva de paráfrase como atividade de reformulação

A noção de reformulação nos leva a pensar nas interfaces dialógica e interacionista da linguagem e, por esse viés, nos reportamos à metáfora que Authier-Revuz (1990, p.27) tomou a Bakhtin, para quem “só o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não questionado, teria sido capaz de produzir um discurso livre do já dito da fala de outrem”.

Assim, o modelo parafrástico no âmbito reformulativo surge como atividade de preparação para a arte da oratória, bem como para a prática tradutória dos textos sagrados realizados pelos gregos. Equacionando esses aspectos – oratória e tradução –, podemos visualizar a paráfrase como uma estratégia do sujeito discursivo que incorpora “outros dizeres” para produzir um novo dizer, ainda que no novo dito ecoem traços de ditos remanescentes.

Para Fuchs (1982), o problema nessa perspectiva reside entre articular a língua e o discurso, o sistema e seu emprego, determinando os índices da interpretação e da reformulação que permanecem previsíveis para o lingüista. Importa dizer que não se trata de uma articulação dicotômica dessas relações; ao contrário, essa perspectiva aponta justamente na direção oposta.

Por essa linha de investigação, três questões são apontadas por Fuchs (1982) como relevantes: a primeira diz respeito à percepção de como o sujeito restaura o texto e o modo como o faz; a segunda consiste na dependência da identificação do significado do texto-fonte reconstruído no novo texto, em função daquele que interpreta, ou seja, do sujeito, e, ainda, das condições de produção; e, por fim, a questão do emprego metalingüístico, como os exemplos: com *x*, *quero dizer y*; ou *x*, *em outras palavras, y*.

Nesse sentido, a autora enfatiza que o fio condutor da reformulação parafrástica encontra-se na articulação da língua e seu emprego, sem que se perca de vista o que há de (im)previsível na reformulação para o lingüista. Ao que parece, fica evidente que Fuchs (1982) traça a problemática que vai permear essa perspectiva. Podemos, assim, concluir que a atividade de reformulação, de modo geral, vai

tratar, como já apontamos, da restauração, ou melhor, da retomada de um conteúdo de um texto fonte em um texto reformulado ou traduzido.

Este aspecto, além de direcionar para a compreensão da paráfrase como uma das formas possíveis de tradução, como enfatiza Roman Jakobson (1973) em seu artigo *Aspectos lingüísticos da tradução*, conduz o seu estudo para uma perspectiva enunciativa, discursiva e pragmática da linguagem.

Dominique Maingueneau (2000, p.121), em seu livro *Termos-chave da análise do discurso*, defende que

num sentido bem vasto, entendemos, por *reformulação* a transformação de uma unidade discursiva de tamanho variável (da palavra ao texto) em outra, considerada semanticamente 'equivalente' de uma maneira ou de outra. Essa operação assume contornos muito variados, segundo o nível no qual ela intervém, o tipo de discurso sobre o qual ela se estende e a natureza dessa transformação (grifo nosso).

Maingueneau (2000) trata de dois tipos de paráfrase: a interdiscursiva e a intradiscursiva. No primeiro tipo, Maingueneau (2000, p.121) apresenta que “a reformulação interdiscursiva implica a transformação de um texto em outro [...]”. Todavia, interessa-nos, em especial, uma reflexão sobre o segundo tipo, a intradiscursiva, conceituada por Maingueneau (2000, p.121) como aquela em que “o enunciador põe em relação duas unidades sucessivas de seu discurso que ele apresenta como equivalentes. A reformulação oscila, então, entre a simples substituição e a paráfrase explicativa [...]”.

Desse modo, para Maingueneau (2000, p.122), “na dinâmica da interação, a *reformulação* permite ao enunciador negociar os obstáculos que surgem [...]”, produzindo sentidos a partir do diálogo intradiscursivo entre os interlocutores; logo, a atividade de reformulação tende a ser uma prática discursiva negociada.

Essa negociação travada na dinâmica da interação, conforme postula Maingueneau (2000), é que torna relevante a percepção da paráfrase na perspectiva de reformulação. Essa dinâmica é premissa relevante para a compreensão da

paráfrase, o seu papel e a sua importância no jogo discursivo entre sujeitos que, de posse de um texto fonte, operam intervenções que, pela própria natureza humana, são intervenções sociais; logo, interativas.

Assim, considerando a linguagem como instância interativo-argumentativa, a análise da paráfrase comporta também uma face metalingüística, na qual, no dizer de Morato (2005, p.317)

podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana (**ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma etc.**) na mesma proporção em que podemos dizer da ação humana que ela atua também *sobre* a linguagem, [...] (grifo nosso).

Da presente discussão traçada neste capítulo, vale ressaltar que a paráfrase é compreendida a partir de uma concepção de linguagem, conforme anuncia Bakhtin [1979] (2003; 2000), inserida num processo de atividade verbal, ou melhor, da interação verbal, uma comunicação dialógica. Esta entendida, como define Flores (2005, p.58), um “[...] espaço de tensão entre vozes sociais”. Isso implica colocar em outro plano a concepção de paráfrase advinda da perspectiva lógico-formal de identidade absoluta. Ao contrário, é preciso compreendê-la como aponta Morato (2005, p.317), como uma ação humana que “[...] predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma [...]”, uma vez que a cada reformulação nuances de sentidos afloram no discurso, dando-lhe identidade própria.

Vimos em um primeiro momento, em linhas gerais, que a atividade parafrástica surge como um conjunto de reflexões dentro de um processo estilístico estudado na Retórica Aristotélica, não um conceito claramente definido como a entendemos nos dias de hoje. Em um segundo momento, discutimos a concepção de base que fundamenta a paráfrase e que põe em jogo a contradição do fenômeno. Essa concepção repousa na dialética do “mesmo” e do “outro”. Uma dialética que traz à reboque, ou em seu bojo, a “presença” marcante do sujeito na discussão do fenômeno. Na seqüência, passamos pela definição do termo e das três principais perspectivas pelas quais a paráfrase tem sido estudada.

No próximo capítulo explicitaremos o que se entende por paráfrase como reformulação textual, perspectiva na qual situamos nossas investigações. Para tanto retomaremos quatro autores fundamentais: Fuchs (1982, 1985); Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006); Hilgert (1999, 2002) e Ribeiro (2001), que se dedicam ao estudo da paráfrase. Ao trazer esses pesquisadores como escopo teórico desta pesquisa objetivamos demonstrar os avanços e contradições presentes nesse enfoque sobre a paráfrase.

3 A PARÁFRASE COMO ESTRATÉGIA DE (RE)FORMULAÇÃO TEXTUAL: A ARGUMENTAÇÃO EM FOCO

Neste capítulo, pretendemos estabelecer a perspectiva teórico-metodológica pela qual analisaremos o *corpus*. Tendo por base os trabalhos de Ingedore Koch (2002a) sobre a argumentação, acreditamos, com ela, que os estudos acerca da paráfrase, inserida na perspectiva da (re)formulação, encontram-se no quadro geral da linguagem como interação. Assim, podemos afirmar, evocando Koch (2002a, p.17), que a “[...] interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”.

Tomamos por base Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), para fundamentar o nosso olhar sobre a paráfrase. Abordamos, também, ainda que não integralmente, os trabalhos de Fuchs (1982, 1985) e Hilgert (1999, 2002). Esses autores preservam como unidade de investigação, embora com matizes diferenciados, o processo enunciativo-discursivo. No entanto, assumimos Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006) como autora central, nesta nossa pesquisa, porque do percurso das investigações realizadas pela autora, tomaremos alguns princípios por ela defendidos para a análise da paráfrase na escrita: o texto como fonte propícia para análise dos acontecimentos da linguagem, todavia, uma noção de texto muito próxima ou imbricada com a de discurso; ainda, a compreensão de que o sentido não é *a priori* algo dado, mas construído a partir de um processo de inter-ação, resultado, portanto, de um processo de operações e estratégias de escolhas de um sujeito em situação, ou melhor, em seu processo enunciativo.

Por esse entendimento, nos filiamos à Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), ressaltando que a paráfrase é uma atividade de reformulação, cuja principal função é a de reforçar a argumentação, elevando o intercâmbio discursivo ao expoente de uma ação interativa, que vai além das características de transposição de domínios sintático e lexical. Esse olhar amplia o funcionamento da paráfrase e equaciona as características argumentativas, retóricas e didáticas em termos processuais – “em se fazendo” - ou seja, a linguagem sai do arcabouço formal, da noção de produto.

Em Ribeiro (2001), buscamos as categorias de análise pois, em sua dissertação de mestrado intitulada *A paráfrase: uma atividade argumentativa*, a autora, ao observar o papel e o funcionamento da paráfrase, conclui que esta, além de participar da atividade discursiva dos sujeitos, acaba por realizar a estruturação e a construção do sentido do texto, sentido este que, por sua vez, participa da progressão textual. Para comprovar essas evidências, a autora categoriza 7 (sete) tipos de paráfrase e são estas categorias que buscaremos investigar ao analisarmos a subjetividade em redações de vestibular. Sua perspectiva coaduna-se perfeitamente com a de Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), por isso, ao utilizarmos as categorias propostas por Ribeiro (2001), entendemos que estas categorias vão ao encontro do nosso referencial teórico e nos possibilitam ir em busca do sujeito enunciador.

Ao buscar a subjetividade nos textos, assumimos que a função básica da linguagem não é servir de instrumento de comunicação, mas de interação/argumentação, isso implica admitir, conforme defende Koch (2002a, p.10), que o

[...] comunicar não é agir na explicitude lingüística e sim montar o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do **falar**, **dizer** e **mostrar** (grifo da autora).

Sob esse tripé discursivo, assentamos nossa proposta de resgatar a subjetividade e a argumentatividade inscritas nos textos, assumindo que a função básica da linguagem é acima de tudo possibilitar sentidos, e que a paráfrase participa, como estratégia discursiva, do processo de (re)leitura do mundo a ser discursivizado na (re)formulação.

3.1 KOCH – PARÁFRASE: UMA ESTRATÉGIA TEXTUAL DE INTERAÇÃO E (RE)FORMULAÇÃO

Koch (2002c), no livro *O texto e a construção do sentido*, compreende a paráfrase a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, como uma dentre

outras atividades de reformulação, inserida, portanto, no quadro geral dos processos de formulação textual.

A autora destaca uma concepção de linguagem como resultado da produção lingüística de atividades exercidas por interlocutores; elege, pois, o texto, como o lugar de percepção dos acontecimentos. E é neste lugar que se busca perceber o processo de construção textual dos interlocutores e onde ficam, de certo modo, “registradas” as marcas desse processo de formulação, ou seja, as pistas argumentativas que denunciam as escolhas e estratégias dos interlocutores.

Assim, pois, defende que as atividades lingüísticas, em especial, na linguagem falada, não existem *a priori*. Estas são construídas num processo de interação entre sujeitos. Cabe salientar que, para Koch (2002c, p.30), a relação sentido-texto respalda-se no postulado básico de que o “sentido não está no texto”, mas se “constrói a partir dele”, no curso de uma interação”.

Esta noção é também importante para se pensar na produção de sentido da linguagem escrita, pois, apesar de a interação não ser face a face, pode-se admitir que, na escrita, o sentido é construído também a partir do texto, ele não está preso, fixo ao texto em si, mas se organiza como tributária de sua própria estrutura. Depreende-se o sentido, portanto, a partir de pistas deixadas pelo modo de elaboração do sujeito, isto é, o texto é ponto de partida para a produção de sentido(s) coeso(s) e coerente(s). Nas palavras de Koch (2002c, p.26),

o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social.

Assim, em situações concretas de uso, o texto revela-se como a face mediadora entre o sujeito produtor de sentido e a linguagem usada para produzi-lo; logo, é impossível negar, quer se trate da oralidade, quer da escrita, que ambas as linguagens são resultados de operações e estratégias que os sujeitos realizam, algumas inerentes às duas linguagens, a fim de que a interlocução seja bem-sucedida. Como diz Koch (2002c, p.93),

[...] cada língua, apresenta uma variedade de formas de expressão, abrindo-se, desta maneira, para o falante um amplo espaço de formulação, isto é, a possibilidade de escolha entre um leque de opções possíveis. Assim, a construção dos sentidos no texto depende, em grande parte, das escolhas que ele realiza.

Pelo viés da escolha e do sentido construído a partir do texto (e não nele e por ele), a atividade parafrástica para Koch (2002c, p.23) pode ser assimilada como formulação nos seguintes termos: “[...] atividades de formulação são aqueles procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão”. Esse conceito se encaixa na concepção de linguagem como interação e abarca a paráfrase como uma estratégia textual do sujeito e um recurso lingüístico-enunciativo de elevado teor argumentativo, capaz de imprimir ao texto matizes de sentidos não manifestos no texto-fonte.

No livro *Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*, as autoras, Fávero, Andrade e Aquino em (2003, p.55) ao definirem o que venha a ser formular, argumentam nessa direção, admitindo que, no fluxo interativo, as relações se efetivam por meio de “atividades que estruturam e organizam os enunciados de um texto, e o esforço que o locutor faz para produzi-los se manifesta por traços que deixa em seu discurso”.

Portanto, pensamos que essa discussão sobre atividades de formulação é pertinente, tanto na produção da linguagem falada quanto da linguagem escrita. Mas, importa perceber como essas atividades de formulação, das quais a paráfrase faz parte, realizam-se nas duas modalidades (oral/ escrita) e reconhecer aí uma certa imbricação.

Como para Koch (2002c) o lugar dos acontecimentos é o texto. Em sua detalhada investigação sobre o processamento textual a autora postula a contribuição de três grandes sistemas de processamento: o sistema lingüístico, que, em suma, trata do conhecimento gramatical e lexical; o sistema enciclopédico ou de mundo, tido como aquele que se encontra armazenado na memória dos sujeitos; e, por fim, o sistema sóciointeracional, que trata das formas de interação pela linguagem.

Esses sistemas de processamentos “concretizam-se”, segundo a autora, por meio de estratégias que apresentam certa “mobilização on-line”, tais como as cognitivas, as sociointeracionais e as textuais. Assim, as estratégias cognitivas têm a função de permitir/ facilitar o processamento textual pela via do conhecimento; as estratégias sociointeracionais visam à articulação dos “jogos de linguagem”, para que transcorram sem maiores problemas; e as estratégias textuais dizem respeito às escolhas dos interlocutores/ produtores.

No que tange à reformulação, importa a compreensão das estratégias textuais que se subdividem em: estratégias de organização da informação; de referenciação; de “balanceamento ou calibragem” e, por último, de formulação.

Em síntese, a estratégia de organização da informação refere-se ao material da superfície textual (caso dos elementos dados/novos e do tema/rema). As estratégias de referenciação dizem respeito às remissões (caso da anáfora e da catáfora). As estratégias de “balanceamento ou calibragem” são as que tratam do que é explícito e/ou implícito, ou seja, das relações entre informações expressas e conhecimentos prévios, pressupostos e partilhados. Por fim, as estratégias de formulação são aquelas que apresentam funções de ordem cognitivo-interacional. É nessa última, a estratégia textual de formulação, especificamente, que se inserem a inserção e a reformulação.

Para Koch (2002c, p.84), dentro da estratégia textual de formulação, o processo de inserção apresenta a “macro-função cognitiva de facilitar a compreensão dos parceiros”, seja introduzindo explicações ou justificativas, seja fazendo alusão a conhecimentos prévios ou apresentando ilustrações, etc.

Cabe à inserção o papel de despertar o interesse do parceiro, bem como a manutenção desse interesse, além da função de criar, a nosso ver, uma atmosfera de intimidade discursivo-argumentativa, seja formulando, por exemplo, questões retóricas, persuasivas ou realizando comentários jocosos.

A reformulação, outra estratégia textual de formulação, caracteriza-se, essencialmente, pelo seu aspecto interacional, e apresenta, para Koch (2002c),

duas condições essenciais: a de ser retórica ou saneadora. Seu principal papel ou função é de reforçar a argumentação, que se realiza por meio de repetições e parafraseamentos, não importando o tipo de modalidade, oral ou escrita.

Na linguagem oral, Koch (2002c) assevera que a reformulação apresenta o papel de facilitar a compreensão através da desaceleração do ritmo da fala, para dar aos parceiros da interação um momento maior de reflexão, antes de uma retomada de turno ou de um parceiro apropriar-se da fala novamente. Uma imagem plástica ou metafórica que ilustra esse processo de compreensão e interação na fala consiste, para Koch (2002c, p.88), na “técnica da água mole em pedra dura”.

A condição de reformulação saneadora, como a própria denominação sugere, apresenta a função de solucionar dificuldades detectadas, após a verbalização do falante. E isto ocorre por meio de correções ou reparos, bem como, repetições e paráfrases, que podem ser auto ou heterocondicionadas, ou seja, as dificuldades sendo detectadas por si ou pelo outro.

Interessa-nos, todavia, a sua condição de reformulação retórica, base para o estudo da paráfrase como uma estratégia textual de formulação, cujo papel ou função representa o recurso que o sujeito utiliza para reforçar a sua argumentação, ou seja, trata-se da ênfase argumentativa envolvida nesse processo da atividade parafrástica.

Por esse ângulo argumentativo, podemos citar Perelman (1998, p.165), no livro *Lógica jurídica: nova retórica* por asseverar que aquele que argumenta não pode evitar fazer escolhas, pois é certo que procura exercer com seu discurso uma influência sobre seu auditório. E estas escolhas “incidirão tanto sobre as teses em que ele apoiar sua argumentação como sobre a maneira de formulá-las”.

Desse modo, é inevitável perceber que em qualquer atividade de linguagem, num processo de interação, o sujeito acaba, muitas vezes, por causa da intenção com que argumenta, retomando e (re)formulando um determinado enunciado-discurso-texto por causa de inúmeros fatores, como a necessidade de explicitar algo,

corrigir, convencer, etc. Nesse caso, a linguagem encontra-se em se fazendo, em processo contínuo, e o texto é um produto inacabado.

Na apresentação do livro *Argumentação e linguagem*, Marcuschi (2002a, p.10) esclarece que os termos “argumentar, argumentação e argumentatividade” são usados pela autora no sentido de persuasão, cunhado na retórica; pois, como diz, “o ato de argumentar é visto como o de persuadir, que “procura atingir a vontade”, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas”. Essa interpretação é, em nosso entender, plenamente confirmada por Koch (2002a, p.18) quando postula que: “é preciso ressaltar, ainda, que os termos argumentação e retórica são aqui utilizados como *quase sinônimos*” (grifo da autora).

A nosso ver, Marcuschi (2002a, p.10), na apresentação acima referida, sintetiza toda a discussão traçada pela autora sobre - argumentação/ argumentatividade - na e pela linguagem. E, nesse caso, cabe, apenas, filiar-mos à autora nessa imbricação de sentidos a respeito tanto da argumentatividade quanto das concepções abordadas sobre o tema deste trabalho. Assim, pois, é inevitável concordar com Koch (2002a), na esteira ducrotiana, que a função básica da linguagem é a argumentação.

Fabio Fernando Lima, no artigo *Reformulação e retórica*, publicado pela USP (2007, p.226), no caderno XXXVI dos Estudos Lingüísticos, alinha-se também a Koch (2002a) quando assume a compreensão de que “[...] o parafraseamento demonstrou-se como atividade que fortalece o locutor, tanto na construção de aspectos objetivos quanto subjetivos de sua argumentação”. Subseqüentemente, Lima (2007, p.226) afirma que

Nesse sentido, as considerações acima apontadas ratificam a posição de autores como Koch (2004), os quais sustentam que as estratégias de formulação textual visam a levar o interlocutor a crer em algo ou agir, o que sempre é conquistado por meio da argumentação. Ao mesmo tempo, reforçam a concepção de acordo com a qual a linguagem está intrinsecamente ligada à argumentação, de modo que a busca pela persuasão chega a favorecer, no decorrer de um texto, o uso mais freqüente de determinadas estruturas lingüísticas em detrimento de outras.

Pode-se concluir, pois, que a paráfrase como uma atividade de reformulação, apresenta, conforme defende Koch (2002c), características argumentativas, retóricas e didáticas. O sujeito, ao retomar um enunciado, o faz com alguma(s) intenção(ões) e, neste processo de retomada e reformulação, apresenta e/ou acrescenta novos sentidos, posto que o faz com um objetivo definido: convencer o seu interlocutor da validade de seus argumentos, através de deslocamentos de sentido operados pela paráfrase no fazer textual.

3.2 FUCHS - A PARÁFRASE COMO UMA ATIVIDADE METALINGÜÍSTICA DOS SUJEITOS

Segundo Koch (2002c, p.83), concebendo-se a linguagem como atividade, isto é, admitindo-se “o pressuposto de que toda e qualquer produção lingüística é resultado de atividades exercidas pelos interlocutores”, é preciso uma apreensão da paráfrase como uma atividade discursiva dos sujeitos inseridos numa cultura, cuja herança social se reflete nos modos de articulação de seus dizeres. A capacidade de parafraseamento do sujeito é considerada, inclusive, como um dos fatores pelos quais os falantes demonstram o domínio da língua. Ou seja, é essa capacidade ou ato de parafrasear que leva os falantes, numa ação dialógico-argumentativa, a integrar metalinguisticamente as faces lexical, sintático e semântica na produção de sentido(s), quer se trate de língua materna ou não.

Assim, não perdendo de vista essa compreensão da paráfrase, isto é, reconhecendo-a como uma atividade dos sujeitos, é que Fuchs (1982), na referida obra *La paraphrase*, defende o estudo da paráfrase dentro de uma abordagem enunciativa, vista como uma atividade metalingüística dos sujeitos. Na opinião de Fuchs (1982, p.81)

la paraphrase est toujours une activité métalinguistique, et la production de paraphrase fait, de toute façon, nécessairement appel à un processus préalable de reconnaissance (interprétation de la

sequence de depart, et interprétation de nouvelle séquence produite, afin de les juger identifiables sémantiquement).⁴

A paráfrase é, então, uma atividade dos sujeitos, susceptível ao jogo lingüístico, mas que carece de um julgamento metalingüístico e de um processo de interpretação pelos sujeitos. É a negação pela autora da identidade absoluta, em termos de verdade ou falsidade, que fundamenta a perspectiva pela qual a autora opta (isto é, a relação de paráfrase como julgamento metalingüístico de sujeitos enunciadore). Conseqüentemente, não se trata de propriedade intrínseca das expressões, mas de um entendimento da paráfrase em termos de identificação. Nas palavras de Fuchs (1982, p.116), essa dinâmica se reflete nos seguintes termos:

[...] ce qui est important à retenir ici c'est qu'il s'agit d'une identification dynamique effectuée par um sujet em situation, et non d'une relation d'identité donnée a *priori* et une fois pour toutes: c'est le résultat d'un certain processus de comparaison des sémantismes et de <<gommage>> des differences jugées non pertinentes.⁵

Notadamente, é, pois, um estudo que busca caracterizar uma abrangência ampla da paráfrase. A autora não nega uma apreensão da paráfrase em níveis intercambiáveis, ao contrário, defende que esses não sejam contrapostos. Para Fuchs (1982), é válida uma compreensão do fenômeno de maneira não fragmentária e dicotômica. Importa-nos, todavia, neste estudo, a percepção da autora sobre a paráfrase como atividade de reflexão dos sujeitos, ou melhor, como diz Fuchs (1982, p.134):

De fait, dans l'activité effective de langage, on constate que les sujets optent souvent, face à une meme sequence, pour des niveaux d'interprétation différents (et, par consequent, pour des types de reformulations différents), et que ces divergences peuvent donner lieu à polémiques.⁶

⁴ a paráfrase é sempre uma atividade metalingüística, e a produção de paráfrase apela, de qualquer modo, necessariamente para um processo prévio de reconhecimento (interpretação da seqüência de partida e interpretação antecipada da nova seqüência produzida, a fim de julgá-las identificáveis semanticamente).

⁵ [...] o importante a reter aqui é que se trata de uma identificação dinâmica efetuada por um sujeito em situação, e não de uma relação de identidade dada a *priori* e de uma vez por todas: é o resultado de um certo processo de comparação dos semantismos e de apagamento das diferenças julgadas não-pertinentes.

⁶ De fato, na atividade efetiva de linguagem, constata-se que os sujeitos optam muitas vezes, em face de uma mesma seqüência, por níveis de interpretações diferentes (e, por consequente, por tipos de reformulações diferentes), e que estas divergências podem dar lugar a polémicas.

Defendendo, pois, uma forma de caracterização global da paráfrase, no qual os matizes semânticos se alternam entre o que se pretende apagar e o que se deseja revelar, a autora chega à compreensão do fenômeno parafrástico como dependente de um julgamento de interpretação do sujeito, já que este põe em “cena” a contradição fundamental da transformação progressiva do “mesmo” (sentido idêntico) em “outro” (sentido diferente), pois, segundo afirma, para dizer a “mesma” coisa, acaba-se por dizer “outra” coisa. Entende Fuchs (1982, p.134) que

Pour pouvoir paraphraser, il faut nécessairement opter pour un niveau d'interprétation; ceci étant, on sait bien qu'en fait, un énoncé n'est pas toujours à entendre à un seul niveau (nous pensons, non seulement aux propos à double entente, produits intentionnellement comme tels, mais aussi à tous les effets, voulus ou non, de <<mots sous les mots>>, de significations cachées, au deuxième degré, etc.). L'activité de paraphrase impose donc des contraintes, oblige à opérer des sélections réductrices du point de vue de l'interprétation des séquences.⁷

Evidentemente, cada recorte interpretativo pressupõe escolhas argumentativas que, dependendo do caso, visam a reconstituir o dito, os modos do dizer, o sentido do dito, ou, ainda, o sentido do dizer pelo novo dito ou não dito. E, desse modo, passa-se perpetuamente de um registro a outro - ou melhor, explica Fuchs (1982), o sujeito que parafraseia pode pretender se entregar a um tipo determinado de restituição e, na realidade, praticar um outro tipo. E é exatamente este acontecimento, ou seja, o que se visa restituir e o que de fato é restituído - o cerne da questão - que promove ou desperta o interesse sobre a paráfrase séculos afora.

E esse fato responde a outra das perguntas provocadoras do trabalho, ao menos em parte, sobre o que mantém o interesse sobre o fenômeno parafrástico. A paráfrase proporciona, pois, um terreno movediço que instiga o interesse de muitos estudiosos, pois, entre o dizer e o dito, decorrem fronteiras e deslocamentos, propositais ou não, de sentidos e, muitas vezes, da ação seletiva dos sujeitos na interação, o que constitui também o alvo deste trabalho.

⁷ Para poder parafrasear, é preciso necessariamente optar por um nível de interpretação; assim, sabe-se bem que de fato um enunciado não deve entender-se sempre num único nível (pensamos não somente nos propósitos de duplo entendimento, produzidos intencionalmente como tais, mas também em todos os efeitos, queridos ou não, de “palavras sob as palavras”, de significações escondidas, no segundo grau, etc). A atividade de paráfrase impõe portanto constrangimentos, obriga a operar seleções redutoras do ponto de vista da interpretação das seqüências.

Acreditamos, pois, que esse deslocamento fundamenta-se na argumentatividade inerente à linguagem e, conseqüentemente, a paráfrase desempenha, em parte, papel importante neste processo argumentativo provocado por este deslocamento dentro do processo de construção textual. Desse modo, para Fuchs (1982) a riqueza e a maleabilidade da linguagem proporcionam aos sujeitos optar por escolhas dentro do “jogo” da linguagem. Na paráfrase, ao mesmo tempo em que se busca o “mesmo” se evidencia o “diferente” e é esse o “nó lingüístico” concebido pela paráfrase. É essa “tensão” entre o semelhante e o dessemelhante que se constitui, sem dúvida, em uma das dimensões fundamentais da linguagem que a paráfrase proporciona.

Outro ponto que chama atenção na abordagem da autora sobre a paráfrase diz respeito a uma das características da dimensão parafrástica: as escolhas dos sujeitos por um enunciado não eliminam a coexistência de outros enunciados possíveis; eles “continuam a vibrar e a jogar” por meio da seqüência marcada. Isso significa dizer que a paráfrase apresenta uma interface metalingüística, ou em outras palavras, para Fuchs (1982), esse fenômeno se revela como um enunciado que destacado em uma “tela de fundo” acaba relatando não só a história de sua produção, mas também as suas interpretações possíveis. Desse modo, cria-se a possibilidade de sustentar que a dimensão parafrástica se encontra, então, inscrita no seio mesmo da atividade da linguagem.

3.3 HILGERT - A PARÁFRASE E SEU CARÁTER METAFORMULATIVO E DE REFORMULAÇÃO

Trazendo para o escopo de nossas reflexões que a tessitura de um texto é um artefato lingüístico produzido na instância das relações interativas, podemos afirmar com Koch (2002a, p.19-20) que

Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação.

Recusando a idéia de que um texto seja apenas a somatória de frases e, ao mesmo tempo, considerando como Koch (2004, p.75) que “um ato de linguagem não é apenas um ato de *dizer* e de *querer dizer*, mas, sobretudo, essencialmente um ato social pelo qual os membros de uma comunidade ‘inter-agem’ “, entendemos que um enunciado ou, mais amplamente, um texto, nesse entrelaçamento, é, necessariamente, conforme defende Hilgert (1999, p.107): um “[...] dar **forma** e organização lingüística a um conteúdo, a uma idéia, enfim, a uma intenção comunicativa” (grifo do autor).

Para o autor, a construção textual desenrola-se dentro de um processo de intencionalidade que exige, por parte dos sujeitos discursivos, um olhar atento em relação à forma e à organização do novo dizer, já que para discutir/ defender uma idéia ou intenção, não se podem desprezar as formas de organização do dito. E nesse processo desenvolvem-se atividades de formulação, nas quais a paráfrase se torna uma atividade importante com função específica.

Segundo Hilgert (1999, 2002), na linguagem oral, observadas as condições de produção, em especial as do diálogo, revelam-se descontinuidades que se constituem como atividades próprias de formulação dessa modalidade. De tal modo, defende este autor, que os locutores recorrem à atividade parafrástica quase sempre com o objetivo de solucionar problemas então deflagrados na produção do diálogo.

Nesse sentido, a paráfrase é uma atividade que procede à reformulação de formulação anterior, e assim apresenta um caráter metaformativo e de reformulação, em que não escapam traços polifônicos. Entende-se metaformulação como uma atividade que se volta para a própria natureza da formulação textual e reformulação como uma atividade que retoma um conteúdo anterior com vistas a um objetivo. Pode-se afirmar que há um espaço nesse vaivém (meta e re)formativo que permite ao sujeito se manifestar argumentativamente. Não se deve esquecer, todavia, que Hilgert (1999, 2002) tem em vista solucionar problemas ocorridos na formulação textual, problemas que podem, de alguma forma, prejudicar a compreensão entre os interlocutores no diálogo. Portanto, para

ser fiel ao autor, é preciso deslocar o olhar para o binômio correção-repetição em termos de uma ação discursiva pautada pela noção de equivalência semântica.

A paráfrase é, respectivamente, então para o autor, uma atividade voltada para o ato da própria formulação textual (caráter metaformulativo) e, ao mesmo tempo, voltado para a solução de problemas (caráter de reformulação). A paráfrase neste aspecto de reformulação insere-se como uma dentre outras atividades, já que se encaixam aí também a correção e a própria repetição.

Todavia, a paráfrase enquanto reformulação se diferencia dessas duas outras atividades – a correção e a repetição. Barros (1999), por um lado, ao discutir a correção em seu artigo “Procedimentos de reformulação: a correção”, defende que essa atividade visa a consertar erros; Marcuschi (2002d), por outro, tratando da repetição defende que tal atividade respeita as características léxico-sintáticas do enunciado, diferenciando-se, desse modo, tanto da correção quanto da paráfrase.

Nesse aspecto, três elementos são considerados pelo autor como constitutivos da reformulação: o enunciado de origem (EO), o enunciado reformulador (ER) e além destes, registra-se também o marcador de reformulação. Essa constituição é que caracteriza, essencialmente, para o autor, a atividade parafrástica.

Em suma, Hilgert (1999, p.114-115) compreende que

parafrasear, (sic) é dentro do processo de construção do texto uma atividade lingüística de reformulação, por meio da qual se estabelece entre um enunciado de origem e um enunciado reformulador uma relação de equivalência semântica, responsável por deslocamentos de sentido que impulsionam a progressividade textual.

Na esfera da equivalência semântica e da progressão textual, o conceito formulado por Hilgert (1999, 2002) permite situar a paráfrase como atividade deslocadora de sentido, participante do “jogo” argumentativo inerente à linguagem. Sob uma ótica paradoxal, infere-se que, ao operar deslocamentos de sentidos, a atividade lingüística de formulação e reformulação textual equaciona o dito e o novo dizer, respectivamente, como um “equivalente semântico” de natureza diferenciada.

Hilgert (1999, 2002) compreende que a paráfrase pode ser analisada a partir de diversos ângulos, mas elege três que, segundo entende, melhor explicam as funções das relações parafrásticas na progressiva construção textual: o aspecto distribucional; o aspecto operacional e a semântica das relações parafrásticas. Essa escolha do autor por uma abordagem de base sintático-semântica das relações parafrásticas confere a possibilidade de uma visão mais ampla e global do fenômeno.

Quanto ao aspecto distribucional, o autor analisa se a paráfrase está de modo adjacente ou não adjacente à matriz, isto é, como a paráfrase se situa na seqüência (literalmente ou não) em relação ao enunciado origem (EO) ou matriz. Por um lado, quando adjacente, a paráfrase apresenta uma função local de desenvolvimento; por outro, quando não-adjacente, tem uma função de estruturação da conversa em um nível mais global ou abrangente. Ou seja, enquanto o primeiro modo (adjacente) opera funções imediatas, ocorridas logo após o ato de enunciação, o segundo (não adjacente) opera uma função com vistas à coerência global. Esse aspecto distribucional de algum modo influenciará os dois tipos de movimento – generalização e especificação, observados pelo autor, para compreensão da paráfrase.

O aspecto operacional diz respeito à tomada de iniciativa para realizar a paráfrase, ou seja, quem toma a iniciativa de realizar e/ou provocar esclarecimentos para uma melhor compreensão dos enunciados.

Esses dois primeiros aspectos (distribucional e operacional) são especialmente relevantes, a nosso ver, para demonstrar que a linguagem falada tanto quanto a linguagem escrita, apresenta um alto grau de complexidade e organização, ou seja, demonstra que a fala não é em absoluto algo caótico. Ao contrário, apresenta em si uma forma de planejamento e interação. Por conseguinte, revela um sistema engendrado e complexo cuja organização se articula com questões relacionadas à estrutura ou tipo de modalidade em questão (oral ou escrita) e as condições de sua produção.

Por fim, o terceiro e último ângulo de análise do fenômeno, abordado pelo autor, é o da semântica das relações parafrásticas. Neste, Hilgert (1999, 2002) retoma a questão da equivalência semântica. Como pontua Fuchs (1982), esta não é uma questão nova, já se encontra nos gramáticos clássicos quando tratam da sinonímia lexical. O conceito de relação de equivalência semântica é baseado na existência de um núcleo semântico comum sobre o qual se inserem diferenças secundárias.

Assim, segundo Hilgert (1999, p.121), a relação na paráfrase é de “equivalência semântica, na medida em que a paráfrase retoma, em maior ou menor grau, a dimensão significativa da matriz”. Portanto, trata-se, segundo o autor, de uma gradação, que pode ir desde um grau mínimo, que depende de conhecimentos extra textuais comuns aos interlocutores, até um grau máximo, traduzido na pura repetição. Essa escala de equivalência reflete também que, no âmbito da intenção/ interação, o sujeito pode optar por uma aproximação ou afastamento da matriz textual.

Pode-se dizer, então, que resultam três casos de equivalência para o autor: a alta, a média e a fraca equivalência. A conclusão de Hilgert (1999), portanto, sobre a equivalência semântica das relações entre M (matriz) e P (paráfrase) é que o parafraseamento é um deslocamento de sentido.

Desse modo, para o autor, o que importa é a compreensão desse deslocamento de sentido provocado pelo movimento parafrástico, posto que, além deste caracterizar a relação de equivalência semântica, que fundamenta o conceito de paráfrase, é determinante também na atribuição das funções ou papel que a paráfrase acaba assumindo no processo textual.

Significa dizer que a paráfrase acaba por revelar o seu papel na atividade discursiva dos sujeitos e, em conseqüência disso, determinar os tipos de funções criadas nessa interação. Portanto, devido à importância que assume nesse percurso, o nosso foco de investigação incide sobre a “arquitetura” argumentativa presente nos deslocamentos de sentido que a paráfrase opera.

Hilgert (1999, 2002) observa, como dissemos anteriormente, a ocorrência de dois tipos de movimentos básicos na relação entre a matriz e a paráfrase, ou seja, o movimento de especificação e generalização. O primeiro, a especificação, ocorre quando o movimento semântico da matriz vai do geral para o específico, ou melhor, quando a abrangência semântica da matriz é maior do que a da paráfrase. Isto significa que a paráfrase atualiza um ou mais traços semânticos da matriz.

O segundo movimento, a generalização, é inverso à especificação: o movimento vai do específico para o geral, ou seja, a abrangência semântica da matriz é menor do que a da paráfrase. Conclui-se, portanto, que o autor determina a função dos deslocamentos provocados entre a matriz e a paráfrase por meio desses movimentos semânticos.

Quando o autor considera a generalização e a especificação sob o enfoque formal, ou melhor, quando são observadas as características léxico-sintáticas de sua formulação, verifica-se que estas ocorrem em duas direções marcantes quanto ao deslocamento. Direções, como observa o autor, “diametralmente” opostas uma da outra, isto é, a expansão e a condensação parafrásticas.

A expansão, por um lado, segundo Hilgert (2002, p.147), consiste ou ocorre quando “[...] o parafraseamento se realizar por meio de um enunciado lexical e sintaticamente mais complexo do que a matriz”, ou seja, a paráfrase é mais completa do que a matriz. Significa que a expansão pode atender a diferentes funções no processo de constituição textual, seja a de uma explicação definidora (quando se busca definir conceitos abstratos, precisar e especificar o sentido de informações), seja a de exemplificação (que visa a explicitar enunciados com informações genéricas ou sucintas).

Por outro lado, Hilgert (2002, p.149) compreende que a condensação acontece quando “[...] o movimento semântico da matriz para a paráfrase se formula numa unidade lexical e sintaticamente mais simples, isto é, quando a formulação da paráfrase se desenvolve em sentido contrário ao da expansão”. Ou seja, a formulação parafrástica é bem mais condensada, por conseguinte, semanticamente bem mais abrangente do que a matriz.

Dessa forma, para o autor, a paráfrase leva, por um lado, a uma função conclusiva ou resumidora do fato porque sintetiza informações; e, por outro, a uma denominação mais adequada ao que foi abordado de modo impreciso/vago na matriz. Observa-se, de qualquer forma, que o enunciado direciona a uma condensação e, conseqüentemente, uma dimensão léxico-sintática mais abrangente.

Por esses aspectos, percebe-se que as direções tomadas pelos movimentos de especificação e generalização no processo parafrástico se traduzem, respectivamente, nas direções de expansão e de condensação no que tange a sua dimensão parafrástica. O autor está considerando nesses casos as relações semânticas entre a matriz e a paráfrase sob o aspecto da estrutura formal do texto, visando, ao que parece, a uma “materialização/textualização” dessa relação semântica.

A última ocorrência observada pelo autor trata de um paralelismo léxico-sintático das relações entre matriz e paráfrase, ou seja, quando a dimensão léxico-sintática da paráfrase apresenta a mesma dimensão textual da matriz. Segundo o autor, uma paráfrase paralela só difere da matriz por causa das variações lexicais de seus enunciados, já que a dimensão entre elas é praticamente a mesma.

Em síntese, o autor descreve o movimento semântico e a sua função entre a paráfrase e a matriz na seguinte equação: a abrangência semântica restrita está para um enunciado desenvolvido, assim como a abrangência semântica ampla está para um enunciado condensado. Como diz Hilgert (2002, p.155)

Com efeito, tendo-se em conta a expansão e a condensação parafrásticas, observa-se que a dimensão sintático-lexical do enunciado parafrástico tende a ser inversamente proporcional à sua abrangência semântica, ou seja: se *restrita* for a abrangência semântica, *desenvolvido* será o enunciado que a textualiza; se *ampla* for aquela abrangência, *condensado* será o enunciado de sua textualização.

Desta forma, para o autor, a paráfrase, na construção do texto falado, em geral apresenta a função de intercompreensão conversacional, seja explicitando ou exemplificando, bem como especificando, resumindo ou denominando as

informações da matriz, e, ainda, adequando vocábulos ou apondo-lhes nuances de sentido, mas sempre com a função de solucionar problemas detectados no diálogo.

Desse percurso realizado pelo autor, buscaremos traçar subjacentemente um paralelo do papel da paráfrase no que tange ao *continuum* oral/escrito; analisar como ocorre (ou não) o aspecto distribucional da paráfrase e, ainda, a gradação semântica. Enfim, considerar se a ocorrência da paráfrase na escrita apresenta dentro desse movimento semântico, observado pelo autor na linguagem oral, uma forma próxima de acontecimento.

Fuchs (1982, 1985), Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), e Hilgert (1999, 2002), tornam-se importantes para este estudo da paráfrase, pois neles buscamos elementos que, a nosso ver, possam contribuir para uma reflexão sobre o fenômeno parafrástico, o seu entendimento e compreensão. Elementos tais que ajudem a espelhar um “quadro” que dê pistas e/ou evidências para uma análise da paráfrase enquanto uma atividade argumentativa, envolvida no processo de (re)formulação/ elaboração textual. Argumentatividade, aliás, que está presente, como defende Koch (2002a), em qualquer atividade textual, não importando qual seja a modalidade de uso da linguagem.

Esses dois autores, Fuchs (1982, 1985) e Hilgert (1999, 2002), nos seus estudos sobre a paráfrase, não estão voltados para a questão da argumentatividade, mas colaboram nessa reflexão sobre a natureza argumentativa da paráfrase, uma vez que Fuchs (1982, 1985) defende que a paráfrase é uma atividade metalingüística dos sujeitos, portanto, a nosso ver, sujeita a inúmeras possibilidades de escolhas na reformulação de um enunciado; já Hilgert (1999, 2002), destaca a importância em investigar/observar o movimento parafrástico, isto é, o seu deslocamento de sentido provocado no ato reformulação.

Em outras palavras, se para Fuchs (1982, 1985) a paráfrase é uma atividade metalingüística (de natureza pré e/ou consciente) dos sujeitos, cujo papel apóia-se na natureza interpretativa destes sujeitos sobre a própria linguagem, para Hilgert (1999, 2002) a paráfrase apresenta um caráter de metaformulação e de

reformulação, cuja principal função a se observar é o deslocamento de sentido provocado por essa atividade no processo textual, com vistas à compreensão da sua própria natureza enquanto atividade de (re)formulação textual.

Consideraremos com Fuchs (1982, 1985) que a paráfrase é uma atividade cujo papel depende dessa natureza interpretativa dos sujeitos e com Hilgert (1999, 2002) a importância em se observar os deslocamentos de sentido provocados pela paráfrase, discordando deste autor quanto ao papel da paráfrase apenas como solucionadora de problemas detectados no percurso da interação. Entendemos que a paráfrase assume outros papéis fundamentais no processo de construção textual e na produção de sentido do texto.

Em ambos os casos, trata-se de uma atividade enunciativo-discursiva dos sujeitos, ou melhor, dos “jogos” de linguagens realizadas por um sujeito. De qualquer modo, interessa-nos realizar uma reflexão/ação sobre o fazer textual, que servirá de parâmetros para a análise do processo ou “acontecimento” parafrástico na escrita.

3.4 RIBEIRO - A PARÁFRASE NA ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO E NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NA LINGUAGEM ORAL: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Especificamente tratando da argumentatividade da paráfrase na linguagem oral, Ribeiro (2001), em sua dissertação de mestrado intitulada *A paráfrase: uma atividade argumentativa*, apresenta algumas discussões fundamentadas, em parte, nos postulados dos autores aqui abordados – Fuchs; Koch e Hilgert - bem como também em Ducrot e na perspectiva da persuasão nos moldes retóricos tratados por Aristóteles e por Perelman.

A paráfrase é vista pela autora no contexto da reformulação e, sob esse aspecto, inserida no processo de formulação textual, apresenta um papel bem definido em seus deslocamentos - avanços e recuos. Pela recorrência dos sujeitos ao

fenômeno parafrástico, este é considerado uma estratégia fundamental na interação discursiva, ou melhor, na sua ação argumentativa na linguagem.

Assim posto, depreende-se uma concepção de paráfrase movida pelo “projeto de dizer” do locutor, numa ação em que locutor e interlocutor se vêem inseridos num acordo de levar adiante a interlocução, visto que a autora defende a paráfrase como atividade argumentativa, dependente da relação entre locutor/discurso/orador.

Todavia, nessa argumentação, não há plena liberdade, pois existe uma “obrigação” instalada no rearranjo da organização textual, que conduz as conclusões do ouvinte/leitor para determinado fim; nesse caso, fica claramente demarcada a intencionalidade do sujeito. Conseqüentemente, para Ribeiro (2001), nesse processo, a paráfrase acaba instaurando novos sentidos em suas retomadas. Isto implica, necessariamente, segundo a autora, uma concepção de linguagem configurada como atividade verbal que, em nosso entender, apresenta-se, conforme enuncia Bakhtin [1979], (2003, 2000), essencialmente dialógica. Portanto, não se trata da questão lógica de identidade absoluta, mas de como a paráfrase é percebida em termos de atividade discursiva dos sujeitos.

Compreendemos, assim, que é nessa capacidade argumentativa, em função ou em consequência da interação discursiva dos sujeitos, que a paráfrase revela-se como estruturante do processo textual. Longe de ser uma repetição vazia, mas uma retomada essencialmente argumentativa, a paráfrase, além das particularidades textuais, lança luzes sobre outras áreas de investigação, como, por exemplo, os Estudos da Tradução.

Quanto aos preceitos da argumentação, postulados por Ribeiro (2001) e à luz de outros teóricos por ela citados – Aristóteles, Perelman e Ducrot (dentre outros) - faremos uma incursão sobre o percurso adotado pela autora, a fim de demonstrar que a argumentatividade da paráfrase na modalidade oral pode, consideradas as condições de produção, ocorrer na escrita. Recorre-se, assim, aos conceitos retóricos sobre persuasão e realização de um acordo entre interlocutores, além de

se buscar a noção de argumentatividade como inerente à linguagem. Tais conceitos são tomados pela autora para evidenciar a função argumentativa que a paráfrase assume no discurso e na estrutura textual.

Parte-se, como dito anteriormente, do princípio de que a argumentação é construída na relação locutor/discurso/orador. Esta posição da autora não é nova, pois já era observada nos estudos sobre a retórica, em que a palavra é empregada com fins persuasivos. Evocando, pois os estudos retóricos com Aristóteles, em sua denominada “teoria da argumentação”, têm-se a defesa de que a persuasão está presente em qualquer campo do conhecimento e em todas as formas de explicitá-la; logo, a paráfrase, como uma das questões centrais da linguagem, não foge à regra.

Em sentido mais estrito, a persuasão diz respeito a “uma técnica rigorosa do argumentar”. Como defende Plebe (1978, p.39), no seu livro *Breve história da retórica antiga*, não se trata de algo irrefutável, mas de convencimento. Isso justifica o entendimento de que a persuasão, em relação ao ouvinte, efetiva-se por meio de uma argumentação voltada para um determinado fim ou conclusão. Assim, com base em tais concepções é que Ribeiro (2001, p.15) defende que

Essa noção de argumentação, como tratada por Aristóteles, assegura, mais do que nunca, que o ato de argumentar se desenvolve em função das imagens que o orador faz do seu auditório. Mudando o auditório, conseqüentemente, muda-se o modo de argumentar. Não se admite, por essa via, a argumentação como um dado *a priori*, mas construído na relação orador/discurso/ouvinte.

Desse modo, a partir da imagem que o orador constrói do seu auditório, pode-se concluir que a argumentação trata de uma “negociação” com fins determinados, posto que para a autora há um “projeto de dizer” que em si mesmo já possui uma natureza persuasiva.

Na Retórica, dois são os modos de persuasão discutidos: de um lado, aquele que já existe *a priori* no discurso, que não é dependente da “criação” do orador, caso das leis, testemunhos, documentos escritos, etc.; de outro, aquele que se refere ao aplicado por um método e dependente da criação do orador, caso das provas técnicas ou artísticas.

Nesse segundo caso, distinguem-se três tipos de persuasão: a primeira se refere à persuasão derivada do caráter do orador; a segunda é derivada das emoções provocadas pelo orador no ouvinte; e a terceira é a persuasão derivada de argumentos verdadeiros ou prováveis.

Esse aspecto de criação e aplicação de um método implica a possibilidade de identificação dos meios pelos quais a persuasão é alcançada. E, portanto, evidencia que a persuasão é, de fato, construída no discurso, numa relação que envolve o orador e o ouvinte, argumentos e contra-argumentos.

Nessa relação de interlocução, vale ressaltar, conforme explicitado em Osakabe (2002, p.158), o caráter ativo da persuasão, já que

O discurso de um orador é uma ação em direção ao ouvinte; o objetivo dessa ação é a persuasão que só se faz à medida que o discurso tenha um valor demonstrativo, revele o caráter do autor e chegue a tornar o ouvinte disponível à persuasão.

O valor demonstrativo encontra-se na fronteira entre o aceite e a refutação dos argumentos, o que nos leva a refletir sobre o papel entre o escritor e o leitor de um texto. Portanto, é coerente dizer que no ato da escrita também há ação de um sobre o outro, o escritor tem de (ou busca) persuadir o leitor com seu “discurso”, com sua argumentação planejada, esperando que o outro tenha uma atitude responsiva.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), em seu *Tratado da argumentação: a nova retórica*, retomam a discussão da argumentação construída na relação entre orador, ouvinte e a idéia de um discurso acordado pelos auditórios – universal e particular - com suas hierarquias e lugares bem delimitados. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002, p.73),- “tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”

No que tange aos estudos sobre a Retórica, Ribeiro (2001) opta por um recorte que se atém também aos lugares (*topoi*) da quantidade e da qualidade, posto que tais aspectos são considerados pertinentes para revelar o seu objeto teórico, ou seja, a

atividade argumentativa da paráfrase na linguagem oral, além das hierarquias estudadas por Perelman (2002).

O terceiro e último aspecto abordado por Ribeiro (2001), para a compreensão da paráfrase enquanto atividade argumentativa dos sujeitos, recobre a noção de argumentatividade como constitutiva da linguagem, conforme defendido por Ducrot (1989), um princípio estruturante que prevê que argumentação está inscrita na própria língua.

Para Ducrot (1989), em sua Teoria da Argumentação, o sentido não é pré-construído, não é anterior e nem exterior ao discurso, está na língua, portanto, o autor rejeita a concepção tradicional de argumentação, que busca construir o sentido com relação aos fatos que acontecem na realidade, ou seja, com o sentido exterior à língua.

É essencial compreender que, como estruturalista, Ducrot (1989) toma por base a diferenciação entre dois pontos fundamentais para desenvolvimento de sua teoria: a frase, definida como uma estrutura abstrata, e o enunciado, um segmento de discurso, com um lugar e uma data, um produtor e um ou mais ouvintes, enfim, um fenômeno empírico, observável e único.

Cada enunciado apresenta, para o autor, um momento de enunciação diferente, portanto, sendo o momento diferente, os enunciados também o são. Afirma Ducrot (1989, p.13): “se digo duas vezes seguidas uma coisa que é habitualmente transcrita *o tempo está bom* produz dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente” (grifo do autor).

Assim, para o autor, uma coisa é a frase, conceito hipotético, e outra coisa é o enunciado, isto é, um segmento de discurso. A distinção entre esses conceitos leva a valores semânticos específicos: o “sentido”, compreendido como “o valor semântico do enunciado” e a “significação”, compreendida como instruções contidas na frase. Para Ducrot (1989, p.14),

A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto. Entre estas instruções, eu me interesso particularmente por aquelas apresentadas pelo que chamo as 'variáveis argumentativas'. Elas indicam ao intérprete do enunciado que ele deve constituir, e atribuir ao locutor (fundamentando-se no que ele conhece da situação de discurso), uma estratégia argumentativa determinada.

Em resumo, para Ducrot (1989, p.17) a frase comporta uma série de instruções argumentativas dadas pela língua, conforme explica ao dizer:

A língua [...] fornece os conectivos (logo, já que...etc) que assinalam a existência de uma relação argumentativa entre A e C. Por outro lado ela intervém na passagem de F para C: se A designa o fato F, isto se deve parcialmente à frase realizada por A - e também, seguramente, à situação de discurso na qual A é produzido. Mas, o movimento, ele mesmo, conduzindo a C - ou seja, o movimento argumentativo no sentido próprio - é - na concepção tradicional - absolutamente independente da língua". Ele é explicado pela situação de discurso e pelos princípios lógicos, psicológicos, retóricos, sociológicos...etc.

Uma razão leva Ducrot (1989) a recusar este esquema: o fato de haver, na maior parte das línguas, duplas de frases que, enunciadas expressam o mesmo fato F mas não autorizam a mesma argumentação.

Essa clareza ou explicitude acerca desse fato se torna bastante relevante na discussão sobre argumentatividade, isto é, mostra diferenças sutis, mas importantes nesses enunciados. Ducrot (1972) ao discutir essas sutilezas em relação aos operadores "pouco" e "um pouco" acaba por demonstrar que o conteúdo factual é o mesmo, mas não a intenção argumentativa, pois não se pode justificar a mesma conclusão.

Desse modo, conforme a concepção ducrotiana, ao se observar exemplos como: Pedro trabalhou pouco → Pedro trabalhou um pouco – vê-se, conforme defende o autor, que o conteúdo de um ou outro tem a mesma identidade factual, ou seja, o mesmo valor informativo, mas, correspondem a orientações argumentativas diferenciadas. Revela-se aí que a questão não está no nível da informação, mas da argumentação, já que "pouco" e "um pouco" criam possibilidades argumentativas distintas.

Um outro ponto importante nessa discussão ducrotiniana é o papel da pressuposição no discurso. Para Ribeiro (2001, p.31)

Ducrot admite que o enunciado pode sofrer um desdobramento, constituindo assim um ato de asserção (o posto) e um ato de pressuposição (o pressuposto). O posto corresponde ao que o locutor afirma, isto é, ao conteúdo do enunciado. O pressuposto, por seu turno, é um fenômeno acionado pela própria língua, e se apresenta como pertencendo ao domínio do locutor e do interlocutor, como se ambos não pudessem deixar de aceitá-lo. Assim, o pressuposto não pertence ao enunciado da mesma forma que o posto.

Para Ribeiro (2001), em outra reformulação da teoria, Ducrot postula a noção de que a pressuposição está ligada a um ato de linguagem, isto é, recorre à noção de ato jurídico. Conclui, portanto, que a língua apresenta obrigações como as de uma lei. Como define Ribeiro (2001, p.33), na esteira de Ducrot, “a língua é um tratado de obrigações, isto é, o dizer obedece a uma normatividade que ele próprio contém”.

O subentendido, outro elemento trazido à baila, é caracterizado como aquele que em um enunciado produz os efeitos de sentido, ou, nas palavras de Ribeiro (2001, p.33): “o *subentendido* é o *pressuposto* dado no contexto, derivado da situação de produção, isto é, um sentido acrescentado ao sentido literal do enunciado e de cuja responsabilidade o locutor pode se eximir” (grifo da autora).

De modo que, para a autora, no reexame da distinção entre essas duas categorias, Ducrot considera que a pressuposição pode ocorrer no nível do enunciado e isso implica, posteriormente, segundo Ribeiro (2001, p.33), a conclusão de que “toda explicação semântica de um enunciado exige a presença da enunciação”. Conseqüentemente, a pressuposição passa a ser considerada um elemento da língua e não externo a ela. Compreende, ainda, Ribeiro (2001, p.36) que “[...] o autor reformula a maneira como admitia o *pressuposto* - considerado apenas como algo marcado na língua - e passa a admitir a sua manifestação também como resultado de interpretação determinada pelas condições de produção” (grifo da autora).

Assim, no capítulo intitulado “lugares da argumentação”, Ribeiro (2001) assume que o *pressuposto* é “o fio condutor do discurso, constitutivo de sua estruturação, sem o qual a dialogicidade entre locutor e interlocutor não ganharia fluxo”. Enfim, a pressuposição é encarada como um tratado de deveres que faz o discurso fluir.

Um outro ponto importante a considerar é a noção de que a língua não apenas argumenta, mas também organiza de forma hierárquica seus argumentos. E isto, naturalmente, demanda que os enunciados se configurem em Escalas Argumentativas (EA), definidas em Ribeiro (2001, p.37) como “um conjunto de enunciados orientados hierarquicamente para uma mesma conclusão, de tal forma que, supondo-se que dois enunciados p e p' , numa EA, apontem para a conclusão r , sejam argumentos a favor de r ”.

Com essa noção de organização hierárquica dos argumentos, percebe-se que a língua apresenta meios/recursos para demonstrar “pesos” argumentativos diferentes a determinados enunciados. E, desse modo, o sujeito pode apontar para uma direção mais ou menos importante, dependendo do que esteja tentando dizer.

É com base em todos esses postulados sobre a argumentação que Ribeiro (2001, p.24) compreende o papel e/ou função da paráfrase como atividade argumentativa na linguagem oral, pois é certo que “na ação argumentativa as imagens do locutor sobre o interlocutor determinam escolhas de formulações e reformulações”.

É, pois, essa visão argumentativa como a veia locomotora do discurso, que faz transparecer esse papel, no qual a paráfrase assume uma posição estratégica na estrutura organizacional e na própria constituição do sentido do texto.

Por isso, a autora assume, com Aristóteles, a persuasão como inerente a qualquer campo do conhecimento, portanto, essência da atividade argumentativa dos sujeitos; com Perelman (2002, p.141), a compreensão dos mecanismos discursivos que visam a provocar ou aumentar a adesão dos espíritos a determinadas teses apresentadas ou defendidas; e com Ducrot, a idéia de que a argumentatividade é constitutiva da linguagem. Em consequência de toda essa discussão, conclui Ribeiro (2001, p.80) que

As paráfrases, nesse sentido, funcionam como mecanismos de sustentação de um dizer, rumo ao qual o texto se encaminha. Vê-se, então, que o locutor organiza o seu texto, criando, pelo recurso parafrástico, estratégias argumentativas que visam a 'provocar ou aumentar a adesão de um auditório, de maneira a conduzi-lo para uma certa conclusão.

De tal modo que, nesse processo de estruturação textual e ao mesmo tempo de constituição do sentido, Ribeiro (2001) observa que na linguagem oral ocorrem alguns tipos específicos de deslocamentos, isto é, algumas categorias vão tomando forma e assumindo funções específicas.

Na concepção da autora, o movimento parafrástico de avanço e recuo demonstra uma estratégia argumentativa do locutor cujo objetivo é defender uma posição. Isto é, levar o ouvinte a compreender sua argumentação de determinada maneira e não de outra qualquer (ou ao menos esta é a sua tentativa). Trata-se, portanto, de uma estratégia discursivo-argumentativa.

Portanto, Ribeiro (2001), além de apontar que as retomadas no texto demonstram que a paráfrase é um elemento da estruturação do discurso enquanto atividade discursiva do(s) sujeito(s), pontua também o seu papel de fazer avançar o texto na efetiva elaboração ou construção do sentido, ou seja, de levar adiante o texto no processo de progressão textual.

3.4.1 Apresentação das Categorias

Os deslocamentos de sentido provocados pela paráfrase, segundo Ribeiro (2001), são mecanismos próprios da atividade de formular e constituem em si formas de produzir sentido. Entende Ribeiro (2001), no que tange à paráfrase, que estes dois aspectos só ajudam a evidenciá-la como parte do processo de formulação textual dos sujeitos. Portanto, não se pode considerar a paráfrase de outro modo, a não ser como construtora e organizadora da atividade discursiva dos sujeitos. Igualmente, não se pode considerar nem a estruturação e nem o sentido dessa atividade como dados fixos e definitivos, eles vão sendo construídos nesse

percurso de interação entre sujeitos. Trata-se de uma atividade processual e não de um produto.

Ribeiro (2001), em sua investigação, postula sete categorias de paráfrase, a partir do que foi encontrado em seu *corpus* na linguagem oral. São elas: modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Cada uma das categorias é definida e nomeada pelo seu papel ou característica funcional no movimento parafrástico, isto é, pela constituição do sentido produzido na atividade argumentativa. Ribeiro (2001, p.95) entende que

[...] As paráfrases funcionam como marcas que materializam as atividades argumentativas. A atividade parafrástica cumpre o papel de constantes retomadas, assinalando lugares de estratégias argumentativas que atuam na estruturação do discurso [...]. Nessas retomadas há sempre processos de re-significação, de algum modo.

As marcas deixadas nesse movimento parafrástico, em suas retomadas de avanço e recuo, acrescentam novos sentidos quando realizadas, seja de modo consciente ou inconsciente, não encerram apenas um já dito. E são essas marcas deixadas que confirmam suas funções e, conseqüentemente, são denominadas ou, por assim dizer, categorizadas por Ribeiro (2001). Logo, o perfil dessas categorias demanda um olhar sobre os processos de re-significação da linguagem.

3.4.1.1 PARÁFRASE MODALIZADORA

Ribeiro (2001) define a paráfrase modalizadora com base em vários tipos de lexicalizações apresentados por Koch (2002a), que acabam por modalizar o discurso dos interlocutores. De posse desse quadro é que Ribeiro (2001) busca identificar em seu *corpus*, de linguagem oral, as retomadas que modificam o discurso e que revelam um certo engajamento dos interlocutores no discurso com o propósito de persuasão.

Dentre os vários tipos de lexicalização das modalidades estão, conforme pontua Koch (2002a, p.85):

- a) os performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc;
- b) os auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc;
- c) os predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc;
- d) os advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc;
- e) as formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. + infinitivo;
- f) os modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos do subjuntivo, uso do futuro do pretérito do valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada, uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc;
- g) os verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc;
- h) a entonação: (que permite, por ex.: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral)
- i) os operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc

Assevera Ribeiro (2001, p.97) que no movimento de reformulação parafrástica “o locutor, com o intuito de direcionar as conclusões do seu interlocutor, lança mão de lexicalizações da modalidade, [...] e, desse modo, *deixa* imprimir no seu dizer, graus de engajamento com o seu próprio dizer”. Vejamos no exemplo a seguir a recorrência da “voz” de autoridade na paráfrase pelo uso de modo e tempo verbal imperativo.

M P	L1 – na minha gestão... caso eu seja eleito a Reitor... co/como se dará essa prioridade?... de várias maneiras... primeiro... a equipe que assumir comigo vai ter que saber que não pode pensar a universidade Federal do Pará a partir de Belém.... <u>tem que pensar a partir do estado inteiro...</u> portanto é necessário que o interior se traduza em políticas de vagas...
---------	---

Quadro 1 – Texto 12 de Ribeiro

Fonte: Ribeiro (2001, p.101)

Nesse exemplo, a argumentação acontece em torno de uma campanha para Reitor, na Universidade Federal de Belém, estado do Pará. O debate “gira” em torno da centralização e detenção de poder do *campus* de Belém, na capital do estado. O candidato recorre à “voz” de autoridade e impõe estratégias argumentativas, cuja margem de negociação é quase inexistente. No enunciado matriz impõe o que não pode ser feito, já na retomada parafrástica impõe como tem “que” ser. Toda a sua argumentação é construída dando grande relevância a esse aspecto. Traduz-se na paráfrase o lado positivo de valorização dos demais *campi* pertencente à universidade.

Enfim, no entendimento da autora as paráfrases cumprem a função de ampliar sentidos e, ao mesmo tempo, pela modalização, de estabelecer o acordo entre interlocutores. Ribeiro (2001, p.103) é categórica na defesa de que “as paráfrases modalizam o discurso obrigando o interlocutor a vê-lo de um certo modo e a ele aderir sem reservas”. De qualquer modo, a nosso ver, essa assertiva propagada dialoga com o preceito de que o objetivo da argumentação é promover a “adesão aos espíritos”.

3.4.1.2 PARÁFRASE INTENSIFICADORA OU ENFÁTICA

A paráfrase Intensificadora ou enfática é aquela que de algum modo intensifica um segmento do enunciado reformulado. Na linguagem oral, isso se evidencia pela “entoação melódica” e, por vezes, trata-se, também, de uma enunciação mais enfática em determinada palavra. A ênfase, na compreensão da autora, é o que imprime maior força à “atividade argumentativa” em relação ao “lugar-alvo”, ou seja, para onde o locutor quer conduzir as conclusões do ouvinte. O exemplo que segue revela bem esse papel ou concepção da paráfrase defendida por Ribeiro (2001).

M P/M P	L1 – no final... ele... Camões né?... que é o protagonista principal... ele quer queimar os (versos) de Lusíadas... <u>ele fala que quer queiMAR...</u> <u>então ele fala muito...</u>
------------------	---

Quadro 2 – Texto 18 de Ribeiro

Fonte: Ribeiro (2001, p.109-110)

Nesse exemplo acima, a ênfase recai, ou melhor, a intensificação se dá pela entoação melódica sobre um dos segmentos do discurso. Em outras palavras, a ênfase imprime maior força argumentativa ao “lugar-alvo”. Uma estratégia do locutor para direcionar a atenção do ouvinte na retomada parafrástica. Como se trata da linguagem oral, há a recorrência ao recurso prosódico para incidir sobre a palavra “queiMar”, local onde o locutor quer conduzir as conclusões do ouvinte, o fato mais importante para ele. Para tanto recorre à paráfrase, o que demonstra a importância dessa atividade discursiva na estratégia argumentativa dos sujeitos.

Na linguagem oral, além da paráfrase os interlocutores recorrem, também, a recursos paralingüísticos vocais e não-vocais (como acenos de cabeça, mãos, expressões faciais, gestos, dentre outros), para dar fluxo à dinâmica interacional. Desse modo, estes mecanismos específicos marcam o direcionamento argumentativo da fala e com isso demonstram seu papel, além de marcar uma das condições de produção dessa linguagem.

Sob outras determinantes, ou melhor, consideradas outras condições de produção específicas que diferenciam cada linguagem, é plenamente possível pensar na realização dessa categoria na escrita.

3.4.1.3 PARÁFRASE GRADATIVA

Na paráfrase gradativa, são determinantes os valores e a ordem hierárquica de um acontecimento nos enunciados para a produção de sentidos. Seja pelo âmbito de uma escala argumentativa, seja pela definição de valores agrupados nos lugares da quantidade (quando algo é considerado melhor por razões quantitativas) e da qualidade (valorização de algo como único). Observe o exemplo:

	L1 – então a lei dizia que ele tem que ter o original... aí o cara chegou desapareceu com a própria prova... acabou o quê?... a prova da relação obrigacional... resultado... não tem como mais () tocar... ()
	L2 - isso é manobra?
	L1- se isso é manobra?
m	Isso é crime...
p/m	<u>Isso é uma sem-vergonhice...</u>
p	<u>Isso é uma safadeza...</u>

Quadro 3 – Texto 21 de Ribeiro
Fonte: Ribeiro (2001, p.114)

Em aula do curso de Direito, o professor explica sobre as manobras legislatórias. Usa o exemplo de um advogado que desaparece com laudos onde constariam provas de atos que exigiam determinadas sanções. O Locutor L2 pergunta: “isso é *manobra*?” L1 repete retoricamente – “se *isso é manobra*?” Então segue respondendo, indo do ponto menos ao mais relevante, “Isso é crime”. Defende

Ribeiro (2001) que esta é uma estratégia argumentativa, que revela o empenho do locutor para apresentar ao seu parceiro à dimensão significativa de fazer desaparecer a prova do crime perante a justiça. O locutor reforça essa argumentação com enunciados parafrásticos estrategicamente organizados numa escala, que aponta para a desqualificação gradativa do ato. É mais do que uma manobra de advogado: “é crime... é uma sem-vergonhice... é uma safadeza”.

Essa categoria de paráfrase busca revelar uma força argumentativa e/ou uma hierarquia a que recorre o sujeito, para demonstrar uma disposição gradual ou, simplesmente, gradação, que vai do ponto menos ao mais relevante para ele na tessitura textual. Tal estratégia acontece pela recorrência, por exemplo, ao movimento de ampliação de sentido, nos moldes de Hilgert (1999, 2002), ou seja, movimento parafrástico que vai do específico para o geral; ainda, a mudança de nível de linguagem (como por exemplo a mudança de registro e a mesclagem de gêneros no *continuum* oral-escrito); pelo topos da hierarquia de valores e da Escala Argumentativa conforme defendida por Ducrot.

Em síntese, para a autora essa categoria de paráfrase trata de revelar uma força argumentativa e/ ou uma hierarquia a que recorre o sujeito, além dos valores envolvidos nos casos de retomada parafrástica pela força proporcionada pela escala, pelo *topos* (lugares) da quantidade/qualidade e pelo deslocamento de sentido provocado pelo movimento parafrástico – fatores esses que acabam por determinar essa categoria.

3.4.1.4 PARÁFRASE REFERENCIADORA

A paráfrase referenciadora é definida pelo seu papel de remissão a um enunciado de origem, em especial, pela capacidade resumidora que apresenta nesse processo. Nesta categoria, em geral, há a recorrência a um elemento anafórico, ou melhor, ao pronome demonstrativo *isso* (e variações). Caso do exemplo que segue:

		L1 – houve a ruptura L2 – então...
		L1 – mas o que que está se questionando...
		L2 – sim... mas aí o que eu estou dizendo... mas houve essa
		L3 – não houve ruptura como eles pretendiam...
		L2 – não... mas dá licença...
		o que eu estou dizendo
		o que eu acho é o seguinte...
M		l..... eu não estou questionando o ato (final)
		<i>eu não estou dizendo que o cara não deve julgar os modos ()</i>
P/M	m	<i>nem lutar contra esses períodos anteriores</i>
	p	<i>renascença anterior na nova fase...</i>
P		<u><i>eu não (es)to(u) questionando isso</i></u>

Quadro 4 – Texto 27 de Ribeiro

Fonte: Ribeiro (2001, p.125)

Nesse exemplo a discussão entre os interlocutores é sobre o modo como se processa a ruptura da sociedade brasileira com o movimento modernista. Percebe-se que há um consenso entre os três interlocutores quanto à ruptura, mas a discussão como L3 aponta é que “não houve ruptura como eles pretendiam”. Na retomada do turno, L2 apresenta uma série de argumentos e introduz: “eu não estou questionando o ato (final)”, ou seja, a ruptura, e continuando a argumentar após uma série de retomadas parafrásticas, encerra: “eu não (es)to(u) questionando isso” (grifo da autora).

Desse modo, o locutor recorre à paráfrase referenciadora, em seu aspecto ou característica resumidora, com a recorrência ao pronome demonstrativo “isso”, um argumento que além de finalizar esse turno, promove, de algum modo, a recapitulação do assunto. Enfim, por meio desse aspecto, o locutor finaliza o turno e ainda esclarece que a questão em “xeque” não é a ruptura, a discussão que tenta realizar ou esclarecer é outra.

Entende, pois, Ribeiro (2001, p.125) que “a paráfrase resumidora extrai da noção de resumo uma das suas funções que é a seleção, predicando os argumentos que são considerados pelo locutor como de maior peso para a tese que defende”.

Esta categoria cumpre, enfim, o papel de recapitulação, ou seja, manter cada enunciado atualizado na mente do interlocutor. Um recurso, segundo a autora,

recorrente em discursos didáticos. Assim, além da função de resumir um conteúdo anterior, dando acabamento ao “jogo” discursivo, pode, dentre outros casos, cumprir, também, a função de progressão textual.

3.4.1.5 PARÁFRASE EXPLICATIVA

Para uma definição do que seja uma paráfrase explicativa, a autora busca fundamentos na análise de Gülich. Assim, com base nesse autor, Ribeiro (2001) constata que a explicação é uma condição fundamental no ato de compreensão entre interlocutores, isto é, na interação, podendo mesmo chegar ao patamar de ser uma condição prévia da interação discursiva.

Em Hilgert (1999, 2002), busca-se o postulado de que a expansão parafrástica pode atender a duas funções básicas: atuar, por um lado, como expansão definidora de conceitos abstratos (neste caso assume o caráter de natureza explicativa); por outro, atuar como explicitação, desempenhando neste caso o papel de precisar ou especificar informações e explicitar resumos. Trata-se de dois conceitos, que em princípio apresentam diferenças bem tênues, mas marcantes para a distinção dessas duas categorias de paráfrase – a explicativa e a explicitadora - na linguagem oral.

Enfim, para Ribeiro (2001, p.132) a paráfrase explicativa é a aquela que “[...] desenvolve uma relação de denominação ou especificação de conceitos”, para tanto, torna-se essencial uma definição mais clara do sentido de uma palavra, isto para que não haja dúvidas quanto ao seu conceito. Caso desse exemplo dado por Ribeiro (2001), no qual se busca a definição ou concepção do que seja “sintático” para o locutor.

		L1 – nesse caso você está analisando aí... o semântico dele...
M		nós (es) tamos analisando só o sintático...
P/M		<u>a posição dele na frase....</u>
P		<u>a relação dele com as palavras na frase...</u>

Quadro 5 – Texto 33 de Ribeiro
Fonte: Ribeiro (2001, p.131)

Pela recorrência à categoria da paráfrase explicativa, o locutor evidencia o significado da palavra no contexto. No exemplo dado, o locutor aponta que o caso analisado não é o “semântico”, trata-se de um caso “sintático” e explica o que significa esse “sintático” para ele, ou seja, “a posição dele na frase...”, e tornando ainda mais específico o seu significado, esclarece que trata da “relação dele com as palavras na frase...”.

3.4.1.6 PARÁFRASE EXPLICITADORA

As paráfrases explicitadoras são aquelas que se encarregam de definir uma denominação ou explicitar um resumo. Diferentemente da categoria anterior, a paráfrase explicitadora não busca esclarecer o conceito de apenas uma palavra, ela busca explicitar melhor o enunciado, ou seja, uma expressão, um conteúdo que vai além de uma palavra, até porque há uma preocupação com o bom andamento do discurso. Fato que se pode observar no exemplo que segue.

m p	L1 – a experiência empírica da pesquisa e da ciência... é quando o pesquisador está EM contato com o objeto pesquisado <u>com a mão na massa</u>
---------	--

Quadro 6 – Texto 36 de Ribeiro
Fonte: Ribeiro (2001, p.133-134)

Nesse exemplo, busca-se esclarecer o que significa o enunciado “EM contato com o objeto pesquisado”. Pela categorização apresentada por Ribeiro (2001), o locutor recorre à paráfrase explicitadora quando não quer deixar dúvidas quanto ao uso de certas expressões ou determinados conceitos enunciados, em especial, porque estes poderiam criar alguma dificuldade na continuação e/ou entendimento do diálogo. O locutor então recorre à categoria explicitadora apresentando outros conceitos com o objetivo de dar uma melhor definição ou explicitação do enunciado anterior. É como se observa no exemplo acima, o locutor explicita que esse “EM contato com o objeto pesquisado” traduz-se em estar “com a mão na massa”.

3.4.1.7 PARÁFRASE EXEMPLIFICADORA

Como o próprio nome sugere, essa categoria de paráfrase tem a função de exemplificar a matriz ou enunciado origem. Busca-se confirmar ou demonstrar o que foi abordado, ou seja, ‘explicar’ por meio de exemplos o que foi abordado na matriz. Contudo, segundo Ribeiro (2001), nessa retomada parafrástica de enumeração de exemplos, o locutor acaba manifestando o próprio ponto de vista, ou melhor, por essa via argumentativa o interlocutor expressa como deve ser visto determinado enunciado. Observemos o exemplo.

M	L1 – o direito passa... passa a ser o quê?...
P	passa a ser uma verdadeira batalha... <u>as pessoas dando chute na canela dos outros...</u> <u>tomando as coisas dos outros aí sem nada...</u> não tem poder... (mandamos) manda brasa mesmo...

Quadro 7 – Texto 40 de Ribeiro
Fonte: Ribeiro (2001, p.136)

Compreende-se, assim, que a recorrência do locutor à paráfrase exemplificadora, por um lado, expande o seu significado, já que isso implica uma tomada de posição, mas, paradoxalmente, significa uma restrição de significado, pois, obrigatoriamente, também, o especifica. Essas características apresentadas nessa categoria tornam-se bastante evidentes no exemplo apresentado, quando o locutor esclarece/ determina que “o direito” passa a ser como uma “verdadeira batalha”, ou seja, “*as pessoas dando chute na canela dos outros...*”; as pessoas “*tomando as coisas dos outros aí sem nada...*”.

Toda essa discussão traçada por Ribeiro (2001) a respeito da paráfrase, em especial, a categorização por ela apresentada, leva à defesa de que a paráfrase é uma estratégia argumentativa motivada por um projeto de dizer que se instaura na enunciação. De tal modo que, além desta concepção postulada pela autora, ou seja, que a paráfrase é uma estratégia argumentativa-enunciativa, consideramos ainda com Ribeiro (2001) que a capacidade argumentativa do sujeito ocorre em função/ consequência da interação, bem como, da atividade verbal, na qual a dialogicidade se faz presente no discurso. Conseqüentemente, a paráfrase, nessa perspectiva, revela-se para a autora como uma atividade discursiva, configurando-

se como uma estratégia textual, bem como produtora de sentidos no texto/ discurso. Todavia, uma produção que sempre traz outros novos elementos em suas retomadas/ reformulações textuais, consagrando-se, desse modo, como um recurso argumentativo estratégico para o sujeito.

Recorreremos às categorias de paráfrase, postuladas por Ribeiro (2001), pelo fato desta retomar Koch, com quem concordamos, e por avistarmos a possibilidade de aplicação dessas categorias propostas, num *corpus* escrito. Tais categorias tornam-se, ainda, muito interessantes porque nos permitem focalizar a questão do papel do sujeito, ou melhor, as estratégias textuais a que o sujeito recorre no ato de parafrasear, e, além disso, nos permitem ainda demonstrar, de certo modo, a “materialização/ textualização” desse “fazer” persuasivo do sujeito no ato de argumentar.

Este ‘recorte’ de aplicação das categorias, em geral, implica em certa fragmentação e/ou compartimentalização, que se explica pelo viés didático e/ou metodológico escolhido para a pesquisa e pela própria natureza dos exemplos selecionados. Todavia, importa esclarecer que no uso, em geral, a recorrência a essas categorias pode ser multifuncional.

Cabe ressaltar ainda, quanto aos autores que formam o referencial teórico-metodológico da pesquisa, algumas semelhanças e diferenças em suas abordagens sobre o fenômeno parafrástico. Com exceção de Fuchs (1982, 1985), a semelhança que se apresenta com relação aos demais autores é a opção por um *corpus* de linguagem oral, conforme anteriormente mencionado. No que tange às diferenças, Koch (2002c) busca investigar se a atividade parafrástica se apresenta como argumentativa, retórica ou didática; Hilgert (1999, 2002) observa os deslocamentos de sentido provocados pela paráfrase; Ribeiro (2001) centra-se no papel da argumentatividade apresentado pela paráfrase; já Fuchs (1982), fonte obrigatória em todo e qualquer estudo sobre a atividade parafrástica, além de realizar um percurso histórico do tema, aborda o fenômeno de modo global, analisando a paráfrase sob o aspecto enunciativo-discursivo da linguagem.

Por termos como foco de abordagem a escrita, resta-nos especificar suas diferenças em relação à oralidade, o que faremos no próximo capítulo, quando buscaremos evidenciar as especificidades da linguagem escrita. Nesse caso, há que se considerar as condições de produção, pois elas determinam as especificidades pertinentes a cada uma das linguagens, observadas, evidentemente, as práticas sociais concernentes às modalidades usadas.

4. APRESENTAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS LINGUAGENS ORAL E ESCRITA: UM TEMA ANTIGO

Neste capítulo, objetivamos apresentar e delimitar as características da linguagem escrita em suas especificidades, já que nosso *corpus* é composto por redações de Vestibular da UFES/2006. A oralidade está aqui presentificada porque a concepção de escrita adotada abarca o princípio do *continuum* oral/ escrito.

Na esteira da concepção de escrita, abordaremos, ainda, os conceitos de texto, bem como os gêneros textuais, a fim delimitar o gênero discursivo.

Este capítulo surge da necessidade que sentimos em demarcar o espaço da escrita dentro de um *continuum* em relação à oralidade, tendo em vista que a maior parte dos autores pesquisados, que tratam da paráfrase, mais especificamente Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), Hilgert (1999, 2002) e Ribeiro (2001), analisam *corpus* de linguagem oral, diferenciando-se nesse grupo de autores, Koch (1996, 2002a,b,c,d, 2006), que aborda também a paráfrase na escrita.

4.1 DA TRADIÇÃO ORAL À ESCRITA: UM RECORTE DE ESTUDO

[...] não dizemos que o escritor retorna à origem da linguagem, mas sim que a linguagem é para ele origem.

(BARTHES, 1984, p. 20)

A linguagem, por singularizar as relações humanas, uma vez que marca o diferencial entre o homem e outras espécies, está na origem de muitas reflexões. Uma dessas reflexões, a discussão ou problemática que permeia as questões referentes às linguagens oral e escrita, é de ordem antiga. Pode-se medir a antiguidade dessa discussão com Platão e Aristóteles.

Segundo Plebe (1978), ambos se debruçaram sobre essa problemática que envolve a oralidade e a escrita: Platão, no Fedro; e Aristóteles, no livro 3º da Retórica. Assim, em Platão, o problema das relações entre palavra falada e escrita se confundia com as relações entre a expressão em prosa (na qual se julgava

reproduzir o ritmo da palavra falada) e a expressão poética (considerada a escrita por excelência).

Em verdade, a questão central da discussão platônica era sobre a supremacia da fala em relação à escrita. Ou seja, o entendimento de Platão era de que a palavra falada era mais eficaz que a escrita, haja vista o caráter ativo da fala, pois esta exigia da parte dos ouvintes uma capacidade de memorização do que era dito/conversado. Um contraponto à suposta “comodidade” da escrita, pois para Platão esta exigia uma recepção menos atenta do que a fala, por causa da possibilidade de releitura do texto. Para pontuar essa diferença entre as linguagens, o filósofo aproxima a escrita da pintura, comparando-a com uma imagem diante de uma pessoa, cujo papel não é ativo. Ou seja, trata-se de certa “imutabilidade” da escrita em relação à natureza ativa da fala.

No entender de Platão, a escrita não permitia uma adaptação ao auditório como a fala, pois esta podia, pelo tom ou dicção da voz, adaptar-se aos mais diversos tipos de público. Assim, por causa dessa “imutabilidade”, a escrita exigiria que se (re)escrevesse um discurso diferente para cada público, caracterizando, desse modo, a inferioridade da escrita em relação à fala.

Plebe (1978, p.85), por um lado, acaba por afirmar que evidentemente “Platão conclui que, em relação ao discurso “vivo e animado” da palavra falada, o discurso escrito só pode ser considerado uma sua imagem”. Outro ponto que reforça essa discussão sobre a “imutabilidade” da escrita é a defesa, por Platão, de que ela (a escrita) não permite respostas imediatas às perguntas e objeções como acontece na fala.

Por outro lado, Plebe (1978) defende que Aristóteles, no XII capítulo do livro 3º da Retórica, trata desse questionamento platônico de modo sistematizado e científico. Aristóteles busca estabelecer as estruturas e as características das linguagens falada e escrita, definindo-lhes as diferenças. Todavia, o filósofo, primando por uma certa “cientificidade”, tenta evitar julgamento de valor.

Para Aristóteles, entende Plebe (1978), enquanto a elocução da escrita é mais precisa, paradoxalmente, a fala é mais ampla e redundante. Assim, Aristóteles, na procura por uma demonstração dos fatos, compara os discursos político e forense. Desse modo, acaba concluindo que o discurso político é mais característico da fala e o forense do escrito, por causa ou consequência do público a que estão voltados e da linguagem exigida por esses tipos de discursos. De tal modo que Aristóteles observa uma relação quase que lógica ou matemática nesse processo, ou seja, quanto maior for a multidão de ouvintes menor rigor haverá nos pormenores e vice-versa. O discurso forense, conclui o autor, como é dirigido a um único juiz, é mais preciso, pois há menos oportunidade de emprego de artifícios retóricos.

Assim, essa breve retomada dos filósofos - Platão e Aristóteles – tem o intuito apenas de pontuar a antiguidade dessa questão sobre a fala e a escrita. Pode-se perceber que esta discussão por muito tempo seguiu, ora dando prevalência a uma linguagem, ora a outra, ressaltando valorativamente uma e pormenorizando a outra.

Maria Helena de Moura Neves (2001), em *Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema*, aponta para essa prevalência, no decorrer do tempo, de uma linguagem sobre a outra, questão já apontada por Platão e Aristóteles. Assim, Neves (2001, p.325) compreende que se trata exatamente de uma “[...] visão dicotômica [que] é problemática desde a base, isto é, desde a oposição fundamental entre língua falada e língua escrita como se entre elas houvesse só diferenças”.

Um fato importante que não pode ser esquecido, segundo a autora, são os valores que envolvem essa discussão, como, por exemplo, os valores sociais, políticos e econômicos, pois entende Neves (2001) que eles contribuem para que as linguagens sejam colocadas em posição estanque e dicotômica. Há sempre um “jogo” de poder por detrás dessa discussão entre a linguagem falada e escrita.

Importa para Neves (2001, p.325) considerar “a linguagem em funcionamento, o que implica, em última análise, saber avaliar as relações entre as atividades de falar, de ler e escrever, todas elas práticas discursivas, todas elas usos da língua, nenhuma secundária (...)”. Ou seja, não se trata de dicotomia ou de grau de

inferioridade ou superioridade, seja pelo tipo de auditório ou do discurso envolvido em questão.

Trata-se, em verdade, de modalidades diferentes de uso. Portanto, nesse sentido a defesa de Neves (2001) só reforça a posição de investigar a paráfrase partindo desse princípio de um *continuum* entre as linguagens oral e escrita e não sob a perspectiva de qualquer julgamento de valor.

Fávero, Andrade e Aquino (2003, p.74), que também abordam essa discussão entre essas linguagens, apresentam o seguinte quadro que distingue as condições de produção de cada modalidade (oral e escrita).

QUADRO ii	
FALA	ESCRITA
-Interação face a face	- Interação à distância (espaço-temporal)
-Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção	-Planejamento anterior à produção
-Criação coletiva:administrada passo a passo	-Criação individual
-Impossibilidade de apagamento	-Possibilidade de revisão
-Sem condições de consulta a outros textos	-Livre consulta
-A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante como pelo interlocutor	-A reformulação é promovida apenas pelo escritor
-Acesso imediato às reações do interlocutor	-Sem possibilidade de acesso imediato
-O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor	-O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor
-O texto mostra todo o seu processo de criação.	-O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado.

Quadro 8 – Linguagens oral e escrita: condições de produção

Fonte: Fávero; Andrade e Aquino (2003, p.74),

Para essa autora são as condições de produção, como as expostas no quadro anterior, que determinam as formulações e diferenças lingüísticas das modalidades. Para Fávero; Andrade e Aquino (2003, p.75)

Na verdade, tanto a fala como a escrita abarcam um *continuum* que vai do nível mais informal ao mais formal, passando por graus intermediários. Assim, a informalidade consiste em apenas uma das possibilidades de realização não só na fala, como também da escrita.

Na produção escrita, não se pode perceber, por exemplo, as marcas de reformulação como a da hesitação, pois esta é uma característica típica da linguagem oral (a não ser, talvez, que se crie intencionalmente um artifício ou se

apresentem, por exemplo, os rascunhos de um autor), pois o processo de criação desta linguagem não ocorre, no dizer de Koch (2002c, p.35), em tempo “*on-line*”.

Ochs, citado por Fávero; Andrade e Aquino (2003, p.77) apresenta quatro possibilidades no que tange ao planejamento textual, que vão do não planejado ao planejado. Os quatro itens da escala são: i) falado não planejado, ii) falado planejado, iii) escrito não planejado e iv) escrito planejado. Enfim, ambas as linguagens – oral e escrita – possuem uma escala que vem a contemplar um parâmetro que segue do menos planejado ao mais planejado, sob o qual pode haver uma reflexão inicial ou não. O entendimento das autoras é que, talvez, sejam essas características que irão afetar o uso e o resultado final de uma produção textual.

Na linguagem falada se registram, como dito anteriormente, as hesitações, além de reformulações. Assim, a descontinuidade (interrupção do fluxo informacional) se dá por meio de paráfrases e repetições, elementos que se apresentam na linguagem oral, mas também na escrita. A diferença entre elas se dá porque a linguagem oral, conforme apresentam Fávero; Andrade e Aquino (2003, p.78-79), “vai revelando seus próprios processos de feitura, enquanto a escrita só mostra o produto, escondendo o processo de sua criação”.

As autoras ainda destacam o contraste do envolvimento na fala, no ato da produção textual, em contraponto ao afastamento na escrita. Esta modalidade apresenta para Fávero; Andrade e Aquino (2003, p.78) uma relevância no “[...] uso do pronome de primeira pessoa, de estratégias de monitoração (pausa, entonação e outras), de partículas enfáticas (realmente, certamente), do discurso direto e outras”. Enfim, o envolvimento na escrita não se dá face-a-face, a sua interação ocorre à distância.

Marcuschi, citado por Fávero, Andrade e Aquino (2003, p.80), vai falar dos gêneros numa escala de parâmetros

o texto científico e o ficcional têm semelhanças e diferenças que os aproximam e afastam de modo diferenciado da discussão acadêmica e da conversação espontânea. Isto significa que a fala e a escrita não formam

dois extremos mas um contínuo distribuído numa escala de parâmetros empiricamente detectáveis.

Para as autoras, é por causa de certos critérios adotados que muitas pesquisas em relação à fala e à escrita se equivocaram em seus resultados, especialmente, por apresentá-las como dicotômicas. Não se pode afirmar que uma seja mais elaborada ou mais complexa que a outra, nem superior ou inferior em relação à outra.

Apesar de Koch (2002c) não travar diretamente uma discussão sobre superioridade e/ou inferioridade entre as linguagens, pode-se deduzir pela sua discussão que esses aspectos não entram no mérito das questões sobre as linguagens oral e escrita. Para Koch (2002c, p.77), importa discutir uma relação na qual “fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua. Embora [...] utilizem, evidentemente, do mesmo sistema lingüístico, elas possuem características próprias”.

Assim, pode-se dizer que esse posicionamento da autora mais do que está em sintonia com a idéia de um *continuum*. Ela o assume também, pois defende que essas modalidades não são dicotômicas e nem estanques, elas “*apresentam tipos de complexidade diferentes*”. Desse modo, Koch (2002c, p.78) afirma:

o que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao pólo da fala conversacional (bilhetes, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários.

Fala e escrita possuem características peculiares que lhes são marcantes: por um lado, a fala é relativamente não-planejada, onde o texto se apresenta, como diz Koch (2002c, p.79), “em se fazendo”; por outro, a escrita depende de maior elaboração, em especial porque se pode revisar e corrigir o texto. Assim, diferentemente da fala, a escrita apresenta um processo que não é simultâneo, ou seja, o processo e a realização se dão em tempos diferentes. Uma modo de expressar bem a relação entre essas duas modalidades é lançar mão da noção de

metáfora (de quadro e de filme), recurso usado por Halliday e aproveitado por Koch (2002c, p.80):

Para o leitor, o texto se apresenta de forma sinóptica: ele existe, estampado numa página - por trás dele vê-se um quadro. Já no caso do ouvinte, o texto o atinge de forma dinâmica, coreográfica: ele acontece, viajando através do ar - por trás dele é como se não existisse um quadro, mas um filme.

4.2 A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM BAKHTIN: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

A compreensão da dinâmica sobre a oralidade e a escrita, após tantos séculos, ainda permanece vigente para os estudiosos. Esse interesse pelos fenômenos da linguagem talvez se explique por causa da complexidade que os cerca, pela necessidade em se especificar a natureza de cada modalidade, ou melhor, os fatos envolvidos na questão. Esta preocupação já se encontra em Bakhtin [1979] (2000, 2003)⁸ em seus estudos dos gêneros do discurso.

Nestes estudos, o autor abre um viés para que se compreendam alguns aspectos que envolvem a(s) linguagem(ens), em especial, a oral e a escrita. Os estudos em torno destas linguagens, desde os gregos, como se salientou, eram vistos de modo dicotômico. De tal modo que Bakhtin [1979] (2000, 2003) defende uma compreensão dos fatos pura e simplesmente, isto é, das reais características das linguagens, pois são estas que levam ao pleno conhecimento de cada uma. Rejeita, pois, um caminho que enverede pela valoração de uma ou de outra linguagem.

Bakhtin [1979] (2000, 2003), em seus estudos sobre os gêneros discursivos, postula que todas as esferas das atividades humanas perpassam, de algum modo, pela língua. Até porque uma das coisas que torna o homem singular, o seu diferencial sobre todas as outras espécies, é o fato de poder se expressar pela linguagem, ou melhor, comunicar-se, segundo o autor, por meio de enunciados.

⁸ São assinaladas as duas traduções de Bakhtin (da versão inglesa e da francesa) porque, de algum modo, aspectos singulares a cada uma permeiam os conceitos e idéias discutidos no trabalho.

Estes gêneros se configuram em esferas definidas, e são concebidos por Bakhtin [1979] (2000, p.279) como “tipos relativamente estáveis de enunciados” ou “*gêneros de discurso*”. Importa perceber que esses enunciados refletem as condições e as finalidades de cada esfera de atividade humana. Assim, pode-se refletir sobre as linguagens, em especial, oral e escrita, a partir da natureza dos gêneros de discurso, como dependentes da esfera e da atividade que as “molda”.

Entretanto, ao caracterizar os gêneros de discurso como “relativamente” estáveis, tal aspecto revela uma sutileza peculiar aos gêneros. Uma outra faceta se coloca, isto é, a da heterogeneidade dos gêneros. Cada esfera de atividade humana comporta um repertório, que vai se diferenciando e ampliando à medida que se desenvolvem novas atividades e/ou necessidades. Em consequência, os gêneros acabam adquirindo outros graus de complexidade.

Em outras palavras, Bakhtin [1979] (2000, 2003) postula que os gêneros podem ser primários e secundários, assinalando que a diferença essencial entre eles está em sua natureza. O gênero primário é definido como aquele que se apresenta ou a que se recorre no uso cotidiano, caso, por exemplo, da “curta réplica do cotidiano, do relato familiar, da carta, da ordem militar padronizada”, etc. São os gêneros de natureza simples e corriqueira, ou melhor, trata-se de uma comunicação espontânea.

O gênero secundário, todavia, é aquele que apresenta uma natureza complexa, caso, por exemplo, do romance, do teatro e do discurso político, etc. Ou seja, os gêneros aparecem em circunstâncias de comunicação bem mais complexa e sua elaboração ou construção ocorre, em especial, na linguagem escrita.

Mesmo observando que as linguagens devam ser tratadas sob a perspectiva dos gêneros, primários e secundários, o autor compreende que existe uma base comum, por assim dizer, um sistema base que vincula as linguagens. Bakhtin [1979] (2000, 2003) parece considerar que a língua é essa base que cria os princípios ou as condições para isso. Nesse sentido, nos filiamos a Bakhtin [1979] (2000, 2003) para compreender a pertinência desse vínculo entre as linguagens oral e escrita.

Outro ponto relevante que demonstra que as linguagens oral e escrita não são dicotômicas em si ou por natureza revela-se na própria compreensão do estudo das linguagens, sob a perspectiva dos gêneros do discurso, pois o autor defende que ambas as linguagens podem apresentar os dois tipos de gêneros, ou seja, gêneros primários e secundários. Em princípio, poder-se-ia pensar que o primário ocorresse apenas na linguagem oral e o secundário na linguagem escrita por causa da natureza simples de uma e complexa do outro. Todavia, essas linguagens apresentam tanto um gênero quanto o outro: o primário e o secundário. Além disso, ocorre a possibilidade de esses gêneros se mesclarem (o que geralmente acontece). Essa é a perspectiva de Bakhtin [1979] (2000, p.286-287), quando defende que

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: a linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica, etc). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização de um todo verbal [...].

Desse modo, uma compreensão da(s) linguagem(ens) sob tais aspectos redireciona todo o estudo, pois é difícil arrolar as características de cada uma, oral ou escrita, simplesmente pelo aspecto dicotômico. Importa admitir as reais características de cada linguagem, o que há de específico em cada uma delas, seu funcionamento e sua natureza. Tal fundamentação de fato redireciona todo o olhar que se quer ter sob as linguagens, em especial, sob um aspecto mais global.

O certo é que o homem fala por meio de gêneros, dependente do tipo de enunciado e da esfera da atividade a que esteja vinculado, ou melhor, ao tipo de gênero em questão. São essas as condições que definem o estudo das linguagens proposto pelo autor. Dizendo de outro modo, o que vale para Bakhtin [1979] (2000, p.282) é como a “[...] língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam [...]” e vice-versa, ou seja, como através dos enunciados a vida penetra na língua.

4.3 O CONTINUUM ORAL E ESCRITO NA CONCEPÇÃO DE MARCUSCHI

Marcuschi (2003; 2005), ao refletir sobre a linguagem oral e escrita, busca compreender não apenas os princípios específicos de cada uma dessas linguagens, centra-se também na relação de ambas, ou seja, numa imbricação entre elas, posto que para o autor também é quase impossível uma análise que trate de modo estanque cada uma dessas linguagens.

Não adentrando, porém, nos caminhos já percorridos sobre perspectivas que envolvem valor, variação, poder, etc, optamos por percorrer um caminho que inclui a linguagem concebida como uma prática social, na qual fala e escrita apresentam dialogicidade, usos estratégicos, funções interacionais, envolvimento, negociação, situacionalidade, coerência e dinamicidade. Nas palavras de Marcuschi (2003, p.34).

pode-se discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos lingüísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade versus letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques.

Marcuschi (2003; 2005) defende que, em grande parte, o conhecimento a respeito da fala e da escrita não consiste em observações referentes única e exclusivamente a cada uma dessas linguagens. Os estudos realizados da linguagem falada, por exemplo, avançam em questões pertinentes à escrita, pois a análise em geral acontece sob a perspectiva das normas ditadas pelas gramáticas normativas. Como diz Marcuschi (2003, p.35), “em suma, o que conhecemos não são nem as características da fala como tal nem as características da escrita; o que conhecemos são as características de um sistema normativo da língua”.

Partindo do princípio de que não existe primazia de uma linguagem sobre a outra, evidencia-se, pois, que em se tratando de linguagens, a questão diz respeito aos usos, sendo que umas são mediadas, em especial, pela escrita e outras seguem uma tradição oral. Portanto, a conclusão cabível é que as linguagens oral e escrita

são duas práticas sociais, cujos textos, por vezes, se entrecruzam. Conseqüentemente, não se pode falar em sistemas lingüísticos diversos. Trata-se muito mais de domínios discursivos que se realizam na forma de gêneros, como já apontava Bakhtin [1979] (2000, 2003).

Dessas questões traçadas neste capítulo, vale ressaltar, como vimos, que as reflexões sobre as linguagens falada e escrita são de ordem antiga. Podemos demarcar essa antiguidade, pois essa discussão já se encontra presente nos filósofos gregos Platão e Aristóteles, o que remonta, respectivamente, ao séc. V e IV a.C. Trata-se de uma questão que tem suscitado a atenção de muitos estudiosos no decorrer dos tempos.

Todavia, a questão central que sempre tem permeado essa discussão refere-se ao tratamento dicotômico e estanque pelo qual essas linguagens têm sido estudadas. À luz de outros estudos e na contramão dessa dicotomia, autores como Neves (2001) defendem a importância em compreender as linguagens oral e escrita em seu funcionamento, independente das questões puramente valorativas que cercam o tema. Vale frisar este aspecto ressaltado por Neves (2001), porque se torna importante para a análise que pretendemos da paráfrase, já que as categorias levantadas por Ribeiro (2001) parecem servir tanto à linguagem oral como à escrita.

Seguindo esta linha investigativa, como defendem Fávero, Andrade e Aquino (2003), vale observar as condições de produção que determinam o diferencial de cada linguagem, isto é, observar o que provoca os fatos de linguagem pertinentes a cada uma delas.

Essa discussão traz à tona os postulados de Bakhtin [1979] (2000, p.282), para quem a “[...] língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Desse modo, entendemos que a língua apresenta/ cria as condições de uso para as linguagens oral/ escrita, que são assim de natureza não dicotômica.

Outro fator para se considerar numa análise das linguagens oral e escrita sob uma perspectiva não dicotômica ocorre pela possibilidade de mesclagem, que, em geral,

acontece nos gêneros de discurso, já que o sujeito fala e/ou se manifesta por meio de gêneros, o que propicia essa imbricação.

Na esteira dessa discussão bakhtiniana, temos Marcuschi (2003, 2005), que também defende um olhar sobre a linguagem como prática social, em que fala e escrita apresentam certa “dialogicidade”, e não sejam vistas em pólos díspares. Ao contrário, estabeleçam-se a partir de um *continuum* de acontecimentos regidos, por assim dizer, pela prática social, segundo a natureza característica de cada uma das linguagens. E mais, apresentem usos estratégicos, negociação, envolvimento, dinamicidade, etc. Enfim, pautem-se pela idéia de que não há primazia de uma linguagem sobre a outra; tratando-se, apenas, de questões de uso.

O texto aqui é considerado como “lugar” de interação e de acontecimentos, lugar que carrega em si a argumentatividade como atividade estruturante do fazer textual e, por que não dizer do próprio sujeito. E este, o sujeito, é ator/ construtor ativo, provocador das questões de(a) linguagem. Sujeito que serve e se serve das inúmeras possibilidades oferecidas pelo sistema, que são proporcionadas pela língua/linguagem em contextos sócio-históricos específicos e que determinam a construção/produção do sentido textual, desejado ou não. Todavia, não um “senhor” absoluto, mas um sujeito que constrói e é construído, que se faz na e pela linguagem.

Realizadas estas considerações, no próximo capítulo pretendemos apresentar o *corpus* escolhido e, finalmente, proceder a sua análise.

5 ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO PARAFRÁSTICA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Pelo percurso até aqui construído, é inevitável dizer que a subjetividade está envolvida na questão da construção da paráfrase. Os autores selecionados apontaram para uma percepção desse fenômeno como atividade do sujeito, isto é, uma atividade argumentativa que apontasse, como dissemos, para uma estratégia de construção textual produtora de sentido. Assim, partimos da concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num quadro de argumentatividade, que se faz presente em todos os atos comunicativos, como pontua Koch (2002c), revelando a intenção e a interação do sujeito que se constrói na e pela linguagem.

Neste capítulo, pretendemos apresentar o percurso metodológico da pesquisa, apresentar o *corpus* e, enfim, proceder à análise deste. Temos por objetivo, com essa análise, demonstrar o quanto o sujeito atua na construção de sentido ao optar pela paráfrase, ao contrário do que demonstram as concepções tradicionais sobre esse fenômeno, que o vêem como simples estratégia de se “dizer o mesmo” a partir de outro vocabulário e outra estrutura sintática. Parece evidente o que pretendemos demonstrar com essa análise, mas, como dissemos anteriormente, essa perspectiva de paráfrase aqui apresentada ainda não chegou às salas de aula, o que muito poderia contribuir para a produção textual. Acreditamos, portanto, que, na medida em que comprovamos o papel da subjetividade na paráfrase por meio das estratégias adotadas pelo sujeito discursivo, estamos contribuindo com a sua inserção nas discussões sobre a produção de textos, dentro de uma postura mais didática.

Nesse sentido, tomar, como suporte da análise, as categorias levantadas por Ribeiro (2001), em muito pode contribuir, pois a escola, e mesmo os livros didáticos, carecem de propostas mais concretas para se lidar com os fatos de linguagem. Desse modo, ficaria palpável, para o professor e alunos, um trabalho com a paráfrase a partir de categorias já estabelecidas.

Esperamos assim estar contribuindo com a concretização do papel da paráfrase em discussões sobre a produção textual em ambientes escolares e acadêmicos. Para tanto desenvolveremos o capítulo a seguir de modo que ele possa ser um suporte para o professor. Por isso, retomaremos as categorias expressas por Ribeiro sob um prisma bastante didático e logo depois procederemos à análise, de modo que fique evidente a contribuição da paráfrase no trabalho com o texto.

5.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo definido a continuação pelo estudo da atividade parafrástica e um aprofundamento teórico numa linha mais discursiva, ou seja, uma concepção de paráfrase que envolvesse subjetividade, intencionalidade, estratégia, sujeito e produção de sentido, partimos para o aporte “material” que desse suporte para investigar tais questões.

Em princípio, pensamos em alguns textos de alunos de ensino fundamental e médio ou em observar aulas de professores para detectar uma possível abordagem da temática (ainda que o assunto fosse indiretamente tratado), mas, pensando no tempo e dificuldades que poderiam surgir pela escolha de tais materiais, estabelecemos um novo objeto de análise. Lembramo-nos, então, do formato de redações aplicado pela Universidade Federal do Espírito Santo, doravante UFES, que apresentava uma “coletânea” de assuntos em torno de um tema central para elaboração da redação.

Tal coletânea, obrigatoriamente, deve ser retomada pelo candidato, seja de modo direto e/ou indireto (o modo, em nosso entender, não fica delimitado claramente no manual do candidato), o que evidencia uma atividade parafrástica. Tendo em vista esse aspecto, optamos pela escolha desse *corpus*, ou seja, redações de vestibular da UFES de 2006.

Tivemos acesso a 130 (cento e trinta) redações, com as respectivas coletâneas. Com essas redações em mãos, não nos importava a opção de curso do candidato,

nem tampouco a nota ou a condição social dos vestibulandos. Interessavam-nos, em especial, as retomadas das coletâneas que eram realizadas nos seus textos.

Desse montante foram selecionadas somente duas redações porque nelas foram observadas referências mais evidentes à coletânea. Por conta deste “recorte”, quando da análise nem todas as categorias estarão presentes nas redações selecionadas. Contudo, isto não quer dizer que as categorias efetivamente presentes no *corpus* sejam de modo algum superiores a quaisquer outras, ou, ainda, que as categorias apresentem apenas um único aspecto funcional. As categorias podem apresentar, como já dissemos, um caráter multifuncional. Tanto o “recorte” quanto o viés metodológico de análise se deram pela necessidade de evidenciar, como dissemos, o prisma didático de apresentação das categorias, já que um dos objetivos deste trabalho é que tais categorias sirvam de suporte ao professor e aos alunos. No *corpus*, esse caráter multifuncional das categorias é evidenciado em um dos exemplos apresentados. É preciso salientar ainda que, no trabalho de Ribeiro (2001), houve uma ênfase sobre uma das categorias: a modalizadora. Conseqüência do *corpus* investigado pela autora, ou seja, textos orais em situação de interação. A nosso ver, isso permite concluir que o gênero textual determina o tipo de paráfrase prioritariamente utilizado.

Esse número de amostragem pareceu-nos suficiente porque optamos por uma abordagem de ordem qualitativa, tendo em vista os objetivos propostos. Essas redações serão nomeadas A e B, já que não são e não podem ser assinadas ou identificadas. Além do mais, também não tivemos acesso à ficha de cadastro dos candidatos no vestibular, tendo em vista que esses dados não eram relevantes para a análise aqui proposta.

Tendo por base as categorias postuladas por Ribeiro (2001), passamos a observar a presença dessas categorias nas redações, já que tais categorias em si apontavam para a produção do sentido e para a presença da subjetividade. Desse modo, ao utilizar das categorias trouxemos toda a discussão sobre a paráfrase aqui anteriormente expressa, já que Ribeiro (2001) teve a preocupação de categorizar a partir do próprio funcionamento da paráfrase na construção da argumentatividade. Além disso, essas categorias nos permitem observar a paráfrase em profundidade,

a partir do prisma da discursividade, da construção verbal, da interatividade, da dialogicidade textual e da produção de sentido. Estas concepções abarcam intencionalidade, negociação, persuasão, enfim, uma argumentatividade na qual o “querer-dizer” do sujeito no discurso se faz na e pela linguagem.

Porém, para Ribeiro (2001) a paráfrase é tomada como estratégia interativa, ou seja, são retomadas dentro de diálogos em aulas, assembléias, debates, dentre outros. Aqui, como se trata de um *corpus* constituído de redações que têm por base uma coletânea, entenderemos que o autor da redação estará procedendo a um diálogo com a coletânea. Esse diálogo é um dos “itens” fundamentais que também será avaliado pela banca corretora dessas redações. Interessa-nos saber até que ponto o candidato retoma essa coletânea e de que modo o faz. Também consideraremos as retomadas realizadas dentro do próprio texto do candidato.

Apesar de não evidenciarmos, em nossa abordagem, as retomadas de fatos históricos, de lugares-comuns, informações veiculadas pela mídia naquele momento histórico, elas perpassam de algum modo, a discussão, tangenciam a análise. O que nos interessa sobremaneira é o diálogo que o sujeito/ autor estabelece com os textos da coletânea. Esse limite no trato com a paráfrase aqui estabelecido advém do próprio prisma teórico-metodológico da análise por nós assumido, que é o da argumentatividade, por isso, não evidenciamos a memória discursiva.

Cada redação foi tomada de *per si*, porque nos interessava não a frequência na utilização das categorias, e sim a produção de sentido por elas evocada. Contudo, interessavam-nos, também, as diferenças de construção argumentativa de um texto para outro.

As conclusões advêm, portanto, não da aplicação adequada (ou não) da paráfrase ou das categorias analisadas, e sim dos efeitos de sentido provocados pela sua utilização nas escolhas das estratégias, operadas pelos sujeitos. Concluímos em favor da produtividade (ou não) da paráfrase e pela sua aplicabilidade (ou não) nas salas de aula.

Além disso, acreditávamos que as deficiências na utilização da paráfrase nos próprios textos analisados apontariam para os enfoques necessários no trabalho com a produção do texto em salas de aula. Interessava-nos, antes de tudo, observar se nossa hipótese se concretizaria, ou seja, se a paráfrase se apresentaria como atividade de (re)formulação textual ou como mero mecanismo de repetição.

5.2 APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

A coletânea, como foi dito, apresenta argumentos e/ou informações sobre o tema, tendo por objetivo delimitar e ao mesmo tempo deixar claro o assunto a ser comentado pelo vestibulando. Essa coletânea, em geral, torna-se base ou ponto de partida para que os vestibulandos discorram sobre os temas das redações definidos pela banca do vestibular. Em muitos casos, os argumentos dessa coletânea são reformulados e passam a ser utilizados pelos candidatos como argumentos próprios de seus textos. Por isso, escolhemos este *corpus*, provas de redações de vestibular da UFES, pois interessam-nos os tipos de estratégias de construção de paráfrases, ou melhor, os modos de abordagem das paráfrases nas redações, tendo em vista as relações que estas estabelecem com a coletânea.

Para uma melhor compreensão, transcrevemos a coletânea e a questão temática em vigor nessa 3ª questão da prova de redação do vestibular/2006 da UFES.

Haiti Quando você for convidado pra subir no adro, da fundação casa de Jorge Amado Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos, dando porrada na nuca de malandros pretos, de ladrões mulatos e outros quase (E são quase todos pretos) E aos quase brancos pobres como pretos Como é que pretos, pobres e mulatos E quase brancos quase pretos de tão pobres São tratados (...) Não importa nada: Nem o traço do sobrado. Nem a lente do Fantástico. Nem o disco de Paul Simon Ninguém, ninguém é cidadão. (Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)	"Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres." (Mir, Luis. Guerra Civil: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p.81.)
--	---

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – voltada para a questão da injustiça social no Brasil. Tendo em vista a canção Haiti, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.

Ora, a letra da música Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, transcrita, a nosso ver, tematiza a questão do tratamento dado ao negro no Brasil e também aos pobres de modo geral, inclusive aos brancos pobres. A canção expõe e/ou critica algumas ironias “construídas” nesse contexto. Duas são gritantes: a primeira delas se refere ao tratamento do negro com relação ao seu próprio “irmão” de cor, que, entre outras situações, muitas vezes, encontra-se em condição sócio-econômica semelhante. A segunda ironia se refere ao nome da música “Haiti”, pois este é também o nome de um dos países mais pobres e de grande concentração de negros na América. É nesse país que o Brasil realiza uma intervenção “diplomática” de combate à pobreza e violência, fato que em si cria um paradoxo, já que o país, à semelhança do Haiti, apresenta um “quadro” de injustiça social e violência contra os afrodescendentes.

Os dados apresentados por Luis Mir, no segundo texto da coletânea, demonstram ou revelam um “quadro” geral que possibilita ao candidato perceber a disparidade econômica existente entre classes sociais no país. Ou melhor, os dados levam a uma inevitável comprovação da desigualdade social entre ricos e pobres no Brasil, muito especialmente entre negros e brancos.

5.3 ANÁLISE DO CORPUS

A seguir, utilizaremos as sete categorias de paráfrase postuladas por Ribeiro (2001) para observar a construção da argumentatividade em duas redações do vestibular de 2006 da UFES. As redações foram transpostas para este estudo, sem qualquer alteração. Quando da identificação das paráfrases, negritamos as partes selecionadas, para serem posteriormente comentadas.

É preciso esclarecer ainda que nem todas as categorias estarão presentes nas redações analisadas, contudo, é necessário que tenhamos todas elas em mente ao proceder à análise. Como anteriormente dito, a opção que os sujeitos fazem por

determinado tipo de paráfrase depende do gênero textual em questão. Nos casos aqui analisados, por se tratar de redações que têm por base uma coletânea, certamente a paráfrase referenciadora (aquela que remete a algo anteriormente dito ou a outro texto, e o presentifica) certamente será a mais reveladora. Já a paráfrase modalizadora faz parte de gêneros mais interativos, enquanto a enfática está mais presente em discursos políticos, por exemplo.

No entanto, as categorias só explicitam os tipos de paráfrase, o que em muito acrescenta, sem dúvida, mas o que nos interessa é observar a presença de um sujeito manipulador de sentido dentro da atividade parafrástica.

TEXTO A
Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada. Os afrodescendentes continuaram marginalizados, tornando-se vítimas do preconceito, fruto de séculos da escravidão negra.
A falta de assistência aos escravos recém-libertos, como políticas de inserção social, levou a situação que se observa na atualidade. Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se, ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza. O caminho para mudar essa situação passa pela educação do povo, para que sejam derrubados os pilares que sustentam o preconceito e que também servem de alicerce para as injustiças sociais, e o principal desses pilares é a ignorância.
Faz-se necessário democratizar a riqueza, tirá-la das mãos dos poucos que a concentram e melhor distribuí-la entre todos, independente da cor da pele, como se fosse um “Robin Hood” moderno. Esse “Robin Hood” serviria para complementar, mesmo que tardiamente, a Lei Áurea, dando a todos a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.

No Texto A, o sujeito trabalha seus argumentos a partir de um “jogo de contrários” ao respaldar-se em argumentos dicotômicos – *maioria-minoria*, *pobres-ricos* e *negros-brancos* –, para traçar a discussão em direção à tese levantada sobre a questão do preconceito e da injustiça a que estão submetidos os negros no Brasil. Esse “jogo de contrários” percorre, de um modo marcante, todo o texto. Via de regra, esse sujeito suscita para essa fundamentação argumentos presentes na memória histórico-social do país, a saber: a condição de escravidão a que o negro esteve submetido, a sua alforria pela Lei Áurea, enfim, o papel marginal que tem sido imposto a esse grupo social desde a sua chegada ao Brasil e que continua a

prevalecer. Admite, ainda, que não houve a preocupação de um reparo dessa situação.

Assim, o objetivo do sujeito é seduzir e persuadir para a questão proposta e desenvolvida, isto é, de que há “injustiça social no Brasil”, no que tange à condição de existência dos afrodescendentes. Para tanto, realiza toda a sua argumentação em torno dos indicadores econômicos que revelam a disparidade sócio-econômica entre negros e brancos no Brasil. Esses indicadores encontram-se no texto da coletânea, ou seja, a fundamentação desse texto é realizada quase que totalmente a partir de dados e/ou argumentos apresentados na coletânea.

A paráfrase, nesse texto, ganha contornos de um novo dizer, cuja *performance* discursiva é de apropriação do texto fonte e não de sua repetição ou remissão. Ela cumpre o papel fundamental de realizar essa atividade eminentemente discursiva de elaboração textual. Ao buscar o “jogo de contrários”, o sujeito marca o “querer dizer” com uma voz diferenciada daquela da coletânea. Essa atuação do sujeito se dá porque, na busca por um diferencial no modo de “dizer”, há entre o “dito” e o “modo” de dizê-lo um espaço interpretativo do produtor do texto na sua interlocução com o texto fonte.

Desse modo, esse “jogo de contrários” marca o diferencial do texto em relação à coletânea, ao mesmo tempo em que constitui a sua marca de subjetividade, ou seja, o modo pelo qual o sujeito tenta estabelecer a relação com a coletânea revela uma singularidade do enunciador e um lugar de relevo para o qual pretende dirigir o foco de atenção do leitor, que é a questão da injustiça social. O efeito de sentido provocado é de um certo “tom” inusitado que se evidencia num “quadro” de elaboração textual cujas retomadas e avanços acontecem numa “discussão” que revela a “imagem” que se quer (ou se tenta) passar; nesse caso, o “quadro” de disparidade existente entre negros e brancos no Brasil.

Sobre as categorias de paráfrase encontradas nesse Texto A, além da paráfrase referenciadora - pois ele remete a um dos textos apresentados na coletânea, no caso o texto do Luís Mir e a partes no interior do próprio texto -, há também a presença de outras categorias, caso da paráfrase explicativa e explicitadora, além

da exemplificadora. Elas serão apresentadas segundo a própria seqüência proposta na redação em análise.

A categoria explicativa é aquela em que, segundo Ribeiro (2001 p.132): “torna-se essencial uma definição mais clara do sentido de uma palavra, isto para que não haja dúvidas quanto ao seu conceito”. Já a paráfrase explicitadora, proposta pela mesma autora, busca definir e/ou precisar informações presentes em um enunciado. Diferentemente da anterior, que se preocupa em delimitar o alcance de um termo, esta cumpre a função de precisar as informações presentes no texto, ocupando-se do andamento do discurso.

Observe que, na introdução do texto, o sujeito fala em “**liberdade**” concedida aos escravos:

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. **Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada.**

Portanto, ao retomar do seu próprio texto a palavra “**liberdade**” e explicá-la: “**Liberdade de direito**”, o sujeito/ autor delimita-a, a partir do ponto de vista a ser desenvolvido no texto, produzindo aí uma paráfrase explicativa. Já quando explicita: “**pois a liberdade de fato não foi consumada**”, o enunciador precisa os limites da informação contida no enunciado anterior, através de uma paráfrase explicitadora, posto que esta liberdade não é ampla e nem total, como se poderia pensar em princípio, já que o negro continua injustiçado e marginalizado social e economicamente.

Assim, a retomada parafrástica que se faz da palavra “liberdade” apresenta um sentido próprio e específico, ou melhor, a paráfrase assume aí a função ou papel de definir o conceito do que seja liberdade. De modo que concluímos que se trata, exatamente, da categoria referida por Ribeiro (2001), isto é, a paráfrase explicativa. O sujeito/ autor conceitua a palavra “liberdade” em seu texto para que não haja dúvidas do sentido que deseja dar, pois em princípio, ao usar “liberdade”, tal sujeito poderia criar no leitor a idéia de que o negro alcançou uma condição plena e totalitária, trazendo, a reboque, outras possíveis significações, tais como, ter

chegado ao patamar do branco em termos sociais e econômicos, o que, no geral, não seria verdadeiro. Para esse sujeito/ autor o negro alcançou apenas a “liberdade de direito”, percebeu que ao final do texto expõe seu ideal de liberdade:

“a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.”

Por isso, conclui a sua redação expressando explicitamente o que entende por “liberdade de fato”, ou seja, busca explicitar o enunciado. E, nesse caso, já se utiliza, segundo a definição de Ribeiro (2001), novamente da paráfrase explicitadora, que tem por objetivo definir e/ou precisar informações.

Ainda uma outra ocorrência de paráfrase explicitadora se dá quando o sujeito/ autor busca precisar o enunciado abaixo:

“A falta de assistência aos escravos recém libertos, como políticas de inserção social, levou a situação que se observa na atualidade. **Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior [...]** O caminho para mudar **essa situação** passa pela educação do povo,”

Ao esclarecer, para o leitor, qual é, então, a situação que se observa na atualidade, o sujeito/ autor introduz o argumento subsequente que visa a explicitar o enunciado anterior. Portanto, todo o argumento negrito corresponde ao que entendemos, a partir de Ribeiro (2001), como paráfrase explicitadora. Já quando, ao final do trecho em análise, utiliza-se da expressão: **“essa situação”**, o que ocorre é uma retomada que resume toda a situação anteriormente explicitada. Segundo Ribeiro (2001), trata-se de uma paráfrase referenciadora em seu aspecto resumidor. O sujeito, nesse caso, busca dizer em poucas palavras tudo o que foi dito, como se pode verificar nesse enunciado.

Nesse *corpus*, porém, a categoria de paráfrase referenciadora aparece, principalmente, na remissão aos textos expressos na coletânea. Esse aspecto é evidente e se explica por força da obrigatoriedade que se tem em retomar de algum modo a coletânea. De tal modo que o texto apresenta boa parte da argumentação

com elementos/ argumentos da coletânea, conforme se pode observar abaixo, em que o enunciado evidencia de modo cabal esse elo:

TEXTO DA COLETÂNEA
“[...] a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”
PARÁFRASE
“Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se, ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza.”

Como se pode observar deste trecho em destaque, que foi abordado como sendo exemplo de uma paráfrase explicitadora, isso se considerarmos a sua relação com o próprio texto em análise. Porém, na relação que este texto estabelece com a coletânea, evidencia-se aí uma paráfrase referenciadora. Tal aspecto abordado não coloca em xeque a análise anteriormente proposta, até porque, como afirma Ávila (2002) em sua dissertação de Mestrado intitulada *Quem conta um conto, aumenta [ou diminui] um ponto: a paráfrase como articuladora de significado diferente em texto oral e escrito*, no ato comunicativo “a paráfrase exerce diferentes funções num só tempo”, isso significa dizer que as categorias se mesclam e se imbricam.

Evidencia-se, nesse exemplo, *a priori*, a reformulação de elementos/ argumentos da coletânea num movimento de referência parafrástica, já que, segundo Ribeiro (2001), esta modalidade de paráfrase refere-se ao seu papel de remissão ao texto matriz. Portanto, a paráfrase referenciadora não diz respeito à relação da palavra com a realidade concreta, mas sim ao processo de referência, ou seja, de retomada de informações anteriormente expressas numa relação dos enunciados entre si, dentro da relação de discursividade.

Ora, o candidato precisa abordar, de alguma forma, os argumentos propostos ou expostos na coletânea. Tal obrigatoriedade, no entanto, não tolhe a sua criatividade

e a reorganização textual por ele proposta, ou seja, a ocorrência se dá mediante uma “atualização” de argumentos por parte do sujeito/ autor, numa clara demonstração da subjetividade presente no texto, tal como ocorre na última frase desse trecho, ainda que não se trate de uma paráfrase.

No exemplo que se segue, ainda nesse Texto A, observamos a presença de outra categoria de paráfrase, a exemplificadora:

O caminho para mudar essa situação passa pela educação do povo, para que sejam derrubados os pilares que sustentam o preconceito e que também servem de alicerce para as injustiças sociais, **e o principal desses pilares é a ignorância.**

Podemos observar que o sujeito busca apresentar, para o bom entendimento do leitor, um exemplo do que vem a ser “os pilares que sustentam o preconceito e que servem de alicerce para as injustiças”, ou seja, dentre outros exemplos não apontados, elege, nesse caso, aquele que, segundo ele, é considerado o principal – “a ignorância”. Para Ribeiro (2001), a paráfrase exemplificadora, como o próprio nome indica, tem por objetivo exemplificar a matriz ou enunciado origem, o que implica uma manifestação do ponto de vista do sujeito. Tem por função “materializar” o que o argumento busca expressar, e nada mais evidente do que fazê-lo por meio de exemplos.

Até aqui verificamos o papel da paráfrase e as suas funções enquanto atividade de elaboração e construção textual destinada ao processo de retomadas/reformulações textuais, produzidas por um sujeito que dialoga com outros dizeres, para produzir um novo dito em sua relação com a matriz. Evidentemente, essa relação não se prende exclusivamente às retomadas e é justamente esse processo de resgate e de desprendimento que faz da paráfrase uma atividade intertextual de relevante associação entre o texto matriz e o novo texto.

As paráfrases, desse modo, vão cumprindo o seu papel de elucidar e/ou evidenciar as funções provocadas pelas estratégias argumentativas realizadas pelo sujeito no ato de elaboração e construção textual, bem como na sua progressão, enquanto, produtora de sentidos textuais.

TEXTO B

Os problemas sociais aos quais a população mundial está cada vez mais exposta e desprotegida são inegavelmente visíveis e perturbadores. Avançamos, claro. Contudo, algumas questões ainda nos fazem refletir sobre até que ponto nós podemos nos considerar evoluídos. Analisemos:

Já há algum tempo, o Brasil comanda uma missão de paz no Haiti, praticamente exterminado por uma guerra civil. Lá, os índices de pobreza são altíssimos, e a miséria não pára de crescer. No entanto, em meio a toda essa problemática, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Além da miséria a qual estão submetidos, os atos racistas ainda são cometidos brutalmente.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença. Os índices de pobreza são muito maiores em regiões onde a etnia negra é predominante. Estatísticas revelam que, no Brasil, dentre o 1% mais rico da população, 88% são brancos.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos? Evidentemente, alguns de nossos líderes preferem fechar os olhos a tamanha incompatibilidade e viver em uma realidade utópica inexistente.

Diferentemente do texto anterior, o sujeito/ autor deste Texto B não elabora a sua argumentação a partir da dualidade entre brancos e negros, no que se refere à situação social. O enunciador, aqui, assume o tema proposto: *“a injustiça social no Brasil”* a partir da perspectiva mundial. Ao abordar a questão, apresenta a situação do negro no Haiti para compará-la com a situação do negro no Brasil. Além disso, esse sujeito acredita nos avanços na resolução dos problemas sociais, apontando a questão do negro como um dos problemas ainda não resolvidos. Na sequência da sua argumentação, inicia o texto colocando a questão da injustiça social dentro de um quadro mundial, remete ao Haiti, chega ao Brasil, mas ao final do texto questiona as missões de paz do Brasil a outros países, ou seja, volta à questão mundial. Já o sujeito/ autor do Texto A fixa-se na questão do negro no Brasil, iniciando e finalizando sua argumentação com injunções sobre a Lei Áurea.

Neste Texto B, um dos primeiros fatos que chama nossa atenção é o aspecto “resumitivo”, que aparece em mais de um ponto do texto, conforme destacamos abaixo:

No entanto, **em meio a toda essa problemática**, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Trazendo **essa questão** para territórios brasileiros, notamos pouca diferença.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos?

Tais enunciados evidenciam a categoria referenciadora da paráfrase pela sua capacidade de resumir toda uma discussão realizada anteriormente. Segundo Ribeiro (2001), a paráfrase referenciadora, em seu caráter resumitivo, cumpre a função de remeter a um enunciado anterior, no sentido de “fechamento/ amarração/ conclusão” de toda uma discussão. Essa categoria de paráfrase, pelo que demonstram os dados apresentados, cumpre o encerramento de um ciclo de discussões que serve tanto para ilustrar uma série de temáticas abordadas quanto para estabelecer o convencimento a respeito de uma idéia que segue em direção a uma tese defendida. O “efeito de fechamento” emerge como um processo avaliativo, ou seja, há matizes de subjetividade em torno das escolhas formais e sintáticas atravessando o processo parafrástico.

No trecho - **“em meio a toda essa problemática”** – a expressão **“essa problemática”** resume toda a abordagem referente aos problemas sociais, aos conflitos e aos índices de pobreza apontados como presentes no mundo todo, em especial, no Haiti, onde o Brasil intervém diplomática e militarmente em uma missão de “paz”.

Na seqüência, os enunciados **“essa questão”** e **“Diante de tudo isso”** conferem ao novo dito consistência argumentativa, pois o uso dos demonstrativos **esse** e **isso** já faz uma incursão intratextual (movimento anafórico). Assim, tais enunciados evidenciam na categoria referenciadora da paráfrase a sua capacidade de resumir toda uma discussão anterior.

Entretanto, percebemos que o sujeito, ao optar pela paráfrase referenciadora, almeja algo que vai além da necessidade de se manter viva uma “discussão” anteriormente realizada no decorrer da construção textual, ou mesmo o simples “fechamento/ amarração” de um ciclo de idéias/ argumentos apresentados em defesa de algo. Com essa estratégia ele estabelece um “projeto de dizer”, apresentando, logo no argumento posterior, o foco pelo qual deseja conduzir a argumentação. Por exemplo, quando diz: **“em meio a toda essa problemática”**,

inaugura o argumento posterior: “nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.” O mesmo acontece nos dois outros casos de paráfrase referenciadora acima apontados em que **“essa questão”** remete a “notamos pouca diferença” e **“Diante de tudo isso”** remete a “uma pergunta é óbvia”.

O sujeito precisa, antes de qualquer coisa, introduzir o assunto para só então poder retomá-lo no interior do próprio texto. Portanto, há primeiro uma “recapitulação” com a introdução do assunto, para posteriormente acontecer uma possível forma resumitiva dos fatos. Caso dos exemplos acima.

Desse modo, além dos motivos que levam o sujeito a optar por determinadas estratégias – as retomadas e as reformulações em si dos argumentos – podemos afirmar que há uma confirmação dos fatos investigados nesse *corpus*, isto é, do objeto em questão - a atividade parafrástica como instância argumentativa do sujeito e como produtora de sentidos na interação textual.

Nesse sentido, os dados nos mostram que a paráfrase apresenta um papel relevante na atividade discursiva do sujeito na escrita, ou melhor, o sujeito recorre à atividade parafrástica não por mero acaso. Ao contrário, essa atividade exerce um papel preponderante na elaboração, na construção textual, em outras palavras, na argumentação que esse sujeito engendra. Trata-se, portanto, de uma atividade discursiva importante nesse “fazer” textual, em que não se pode negar a intencionalidade do sujeito.

Um outro tipo de paráfrase referenciadora que se apresenta neste Texto B é a de retomada da coletânea, tal como acontece no Texto A. Ela se apresenta em dois trechos, conforme abaixo retomados:

Já há algum tempo, o Brasil comanda uma missão de paz no Haiti, praticamente exterminado por uma guerra civil. **Lá**, os índices de pobreza são altíssimos, e a miséria não pára de crescer.

Estatísticas revelam que, no Brasil, dentre o 1% mais rico da população, 88% são brancos.

No primeiro trecho destacado, a referenciação se dá pela presença do advérbio “Lá”. Esse trecho faz um diálogo com a coletânea, na medida em que apresenta a questão do Haiti. Já o trecho seguinte retoma um dos dados apresentados no segundo texto da coletânea, quase sem alterar o texto original. A única alteração ocorre quando o candidato resume o trecho - “indo-europeus e outras etnias brancas” – por “brancos”.

Nesses casos, o candidato simplesmente estabelece um diálogo com a coletânea, através da paráfrase referenciadora, cumprindo assim uma das exigências pré-estabelecidas pela banca de redação do vestibular. Contudo, diferentemente do que acontece no Texto A, o enunciador desse Texto B aborda a questão da “injustiça social” de modo global, por isso não se atém à coletânea, enquanto no Texto A o enunciador parece tratar da questão de maneira polarizada entre brancos e negros, colocando a “culpa” nos primeiros. Portanto, a paráfrase referenciadora não cumpre, nesses casos, a função de retomar um argumento anterior para avançar em seu “projeto de dizer” como acontece no Texto A, ela apenas estabelece um diálogo com argumentos da coletânea.

Como dissemos e demonstramos anteriormente, o elo é evidente e, por assim dizer, obrigatório, já que o sujeito precisa abordar de alguma forma os argumentos propostos ou expostos na coletânea. Tal obrigatoriedade, no entanto, não tolhe a criatividade e a reorganização textual, podendo (e devendo) inclusive superar a reformulação base. Para tanto, no Texto B o enunciador recorre, em especial, à eleição de um argumento pela capacidade resumidora do assunto, ou seja, o enunciador retoma determinado ponto ou assunto resumindo-o. Em geral, isso se dá pela recorrência ao pronome demonstrativo - isso e variáveis -, conforme discriminamos no capítulo três. Desse modo, feita à inserção do argumento “eleito” da coletânea, o sujeito, *a posteriori*, realiza esse aspecto postulado por Ribeiro (2001), isto é, evidencia o aspecto de caráter resumitivo da paráfrase referenciadora.

Só foram encontrados, neste Texto B, fatos de paráfrase referenciadora. Isso não é de se estranhar, já que, quando se trata de retomadas e reformulações, a estratégia argumentativa de base é, sem dúvida, a referenciação (seja de

elementos da coletânea, seja de outros elementos do texto). Essa estratégia, como vimos, também aponta para a utilização da paráfrase como atividade discursiva realizada pelos sujeitos, ou seja, o movimento a que recorre com o intuito claro de estruturação e organização textual em seus recuos e avanços na retomada e reformulação de argumentos. Não se pode dizer que tais construções sejam aleatórias, pois não há um sujeito inconsciente do seu querer dizer, mesmo porque há a “obrigatoriedade” de remissão aos assuntos/ argumentos da coletânea. No entanto, busca-se realizar essa “obrigatoriedade” de maneira o mais coeso-coerente possível, em função das condições de produção que se apresentam ao sujeito, no momento da produção desse tipo de texto.

Essa referencialização realizada pelo sujeito do Texto B, em geral, apresenta-se, como destacamos nos exemplos anteriores, como uma eleição e elaboração daquilo que considera “central” para o seu “projeto de dizer”, isto é, a tese a ser apresentada ou defendida. Nesse sentido, podemos destacar, com as palavras de Perelman (1998, p.165), que as escolhas dos sujeitos “[...] incidirão tanto sobre as teses em que ele apoiar sua argumentação como sobre a maneira de formulá-las”. Desse modo, o sujeito, ao eleger a questão central a ser parafraseada, elege-a com fins persuasivos para a possível comprovação do seu “projeto de dizer”.

Podemos mesmo dizer que, no que tange à produção de textos, a atividade parafrástica apresenta um caráter claramente referencial, uma atividade vista assim como inerente à modalidade escrita. A paráfrase referenciadora, nesse aspecto de retomada e reformulação de argumentos da coletânea, assume importância “capital” no texto. Todavia, entre o “dito” e o “modo” de dizê-lo, há os efeitos de sentido propostos pelo sujeito enunciador.

As discussões empreendidas até aqui procuraram dar visibilidade ao fenômeno da atividade parafrástica como atividade discursiva, estruturadora e organizadora do texto. Esses papéis assumidos pela paráfrase e demonstrados nos exemplos do *corpus* são recorrentes e salientam que, na elaboração textual, as retomadas criam novas expectativas argumentativas em relação ao novo dizer quando confrontado com o que já foi exposto, ou seja, há por parte dos interlocutores uma inquietação, se haverá rupturas ou mesmices. Assim, entre o inusitado e o previsível, a

paráfrase constitui uma atividade discursiva em que a produção de sentidos se processa por meio de um novo dizer atravessado por outras vozes. Desse modo, consideramos que esta explanação seja suficiente para comprovar o papel que a paráfrase assume na elaboração textual.

5.4 CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Observamos que nos **textos do corpus – A e B** – o primeiro ponto latente sobre o qual voltamos nossas reflexões é em relação à reformulação e às retomadas que o sujeito faz dos argumentos apresentados na coletânea; uma relação, por assim dizer, interdiscursiva, conforme requer Maingueneau (2000). A diferença entre os dois textos analisados foi marcante, o que aponta para fatores de subjetividade presentes nos textos.

Como dissemos, os dados demonstram que a paráfrase exerce um papel fundamental na atividade discursiva dos sujeitos, na qual a intencionalidade não pode ser negada. Desse modo, cremos ficar comprovada a nossa hipótese de que a paráfrase não é mera atividade repetidora e sim um ato de (re)formulação. Como também pensamos ter respondido à questão inicialmente levantada sobre o papel do sujeito na atividade parafrástica: mesmo quando o sujeito/ autor retoma um dado da coletânea, ele o faz provocando um efeito de sentido diferenciado daquele do texto matriz.

Entendemos, desse modo, que as retomadas de argumentos anteriormente expressos trazem acréscimos de sentido, tendo em vista a estratégia ou modo de abordagem da questão em foco. Desse modo, elementos inerentes à subjetividade são inseridos no bojo das escolhas realizadas, e nesse caso a paráfrase cumpre papel importante.

Vale frisar, contudo, que não estamos querendo com isso dar conta da atividade parafrástica e nem de toda a argumentatividade provocada pelo fenômeno, muito menos dar conta de todas as funções que a paráfrase pode assumir no texto/ discurso, e nem de sua multifuncionalidade, até porque estamos realizando uma

investigação a partir de apenas um lugar – o da escrita; em que analisamos apenas um gênero - redação de vestibular; e de um ponto de vista – o da Linguística Textual. A partir desse lugar investigativo por nós assumido, podemos afirmar que nem sempre a paráfrase apresenta cada função em separado, embora tenhamos optado por essa via de análise. O modelo por nós adotado é um modelo de caráter didático, conforme já o dissemos; e determinado também pelo gênero em questão. Não obstante, pudemos observar que no Texto A, a atividade parafrástica pode ocorrer de modo imbricado, e, desse modo, mais de uma categoria pode ser depreendida em um único extrato do texto.

Caminhamos até aqui nesta investigação do fenômeno parafrástico fundamentando-nos na “dialética do mesmo e do outro”. Ao utilizarmos as categorias propostas por Ribeiro (2001) para observar esse fenômeno, pudemos demonstrar que, por se tratar de uma atividade interativo-discursiva, a paráfrase apresenta características que determinam diferenças no seu movimento. Por vezes o sujeito recorre a estratégias explicativas, outras vezes prioriza a exemplificação ou a explicitação de argumentos. São essas diferenças que se mesclam, por vezes de forma marcante, outras de forma mais tênue, mas, a nosso ver, determinam os efeitos de sentido que os sujeitos acabam por produzir na interação textual-discursiva.

Por isso, acreditamos que essas categorias em muito poderiam contribuir com a análise/ produção de textos em ambientes escolares porque a partir delas é possível observar os diferentes movimentos da paráfrase e a sua importância para os discursos.

Importa lembrar ainda do gênero textual. Nesse caso nos referimos ao gênero “redação de vestibular”, especificamente da UFES, porque é certo que cada universidade, cada “banca” de vestibular, busca uma forma de abordagem peculiar. É certo que se trata de uma questão que, em geral, entram em “jogo” as normas da gramática normativa, questões de coesão e coerência, clareza, pontuação, dentre outras. Enfim, trata-se de um gênero tipicamente voltado para a natureza da linguagem escrita, na qual é exigida toda uma formalidade textual, privilegiando, desse modo, a norma culta.

A interação ou o envolvimento na linguagem oral se dão face-a-face, na escrita, observa-se que, pelo contrário, há um certo afastamento dos atores (escritor/leitor) e essa interação é revelada, conforme aponta Chafe apud Fávero, Andrade e Aquino (2003, p.78), “[...]por ocorrências como o uso do pronome de primeira pessoa, de estratégias de monitoração (pausa, entonação e outras), de partículas enfáticas (realmente, certamente), do discurso direto e outras”. Enfim, estratégias que evidenciam que a interação na escrita ocorre pela recorrência a outros meios. Por conseguinte, essa interação acaba determinada tanto pelo gênero como, consequentemente, pelas condições de produção referentes a cada modalidade de uso da linguagem. Por exemplo, a ênfase a um enunciado, que na fala é realizada pelo simples recurso a entoação vocálica, na escrita é demonstrada pela recorrência a determinados adjetivos e/ou advérbios.

Trata-se muito mais de diferentes complexidades, como defende Koch (2002c, p.78), pois fala e escrita possuem características peculiares que lhes são marcantes: a escrita, por exemplo, depende de maior elaboração, em especial porque se pode revisar e corrigir o texto. Assim, diferentemente da fala, a escrita, em geral, apresenta um processo que não é simultâneo, ou seja, o processo e a realização se dão em tempos diferentes. No entanto, há que se considerar, como já foi dito, o gênero em questão.

A partir da perspectiva teórica aqui assumida, a da argumentatividade; tomando por base a paráfrase como atividade de um sujeito que intenta efeitos de sentidos variados; e entendendo o texto como discurso; podemos concluir que a atividade parafrástica na escrita possui diferenças em relação a sua ocorrência ou uso na linguagem oral, por causa das condições de produção e, em especial, pela natureza do gênero envolvido na análise.

Sob esse viés teórico-metodológico, encontramos tanto em Koch (2002c), como em Hilgert (1999, 2002) e também em Ribeiro (2001) análises de paráfrases em textos orais, modalidade esta em que as retomadas são muito mais evidentes. O que nossa análise deixa transparecer é que na linguagem escrita prevalece a paráfrase referenciadora, já que ela é necessária ao bom andamento do texto, ainda que ela varie de texto para texto, devido à intencionalidade do produtor, conforme a análise

do *corpus* pôde demonstrar. Provavelmente em outros gêneros discursivos da modalidade escrita outros tipos de paráfrases podem ser mais evidenciados, além da referenciadora.

Por fim, podemos concluir que só é possível assumir uma concepção de paráfrase num “quadro” contextual que envolve estratégias, meios e negociações, porque, como diz Bakhtin [1979] (2000, p.282), *a língua penetra na vida e a vida na língua*. Enfim, um “quadro” em que há intercambialidade, o que implica o reconhecimento da questão da dialogicidade como constitutiva da linguagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu realizar um estudo sobre o fenômeno parafrástico com vistas a sua compreensão em termos de atividade discursiva. Tal propósito se justifica porque esse fenômeno não tem recebido a importância que lhe cabe no ato da produção do texto, sendo muitas vezes relegado a uma abordagem mecânica de transposição léxico-sintática. Desse modo, buscou-se, nesta pesquisa, uma investigação da paráfrase que apontasse o relevante papel que esse fenômeno assume na elaboração textual e na orientação argumentativa dos sujeitos envolvidos na interlocução, posto tratar-se de uma atividade interativa.

Eleitos os objetivos com relação à paráfrase, buscamos estabelecer uma discussão que elucidasse ou revelasse as características do fenômeno pelo viés argumentativo, que é inerente, conforme afirma Koch (2002c), a todo ato comunicativo. Assim, retomamos os estudos parafrásticos tendo em vista observá-lo pelo viés da argumentação.

Para a construção e/ou elaboração dessa investigação sob o prisma eleito, recorremos a autores como Koch (2002a,b,c,d, 2006); Fuchs (1982, 1985); Hilgert (1999, 2002) e Ribeiro (2001). O estudo desses autores é que nos possibilitou construir o suporte teórico para uma discussão mais ampliada sobre a paráfrase, ainda que nos focássemos na perspectiva de Koch (2002a,b,c,d, 2006). Não obstante seus estudos terem como objeto privilegiado *corpus* da linguagem oral, pautamo-nos em suas investigações, em especial, por causa do aspecto enunciativo-discursivo por elas evidenciado. A nosso ver, já que buscamos uma compreensão da argumentatividade da paráfrase na escrita, esse aspecto enunciativo-discursivo implica/ corrobora a compreensão da argumentatividade do fenômeno parafrástico na escrita.

Optamos, todavia, em privilegiar o viés teórico de Koch (2002c) porque ela realiza uma abordagem lingüístico-textual. Ao acolher as categorias de Ribeiro (2001), no momento da análise do *corpus*, não tivemos dificuldades em manter o referencial teórico porque ambas defendem o viés argumentativo do fenômeno parafrástico, o que nos respalda também em relação ao recorte teórico que realizamos. No

entrecruzamento dessas perspectivas, sublinhamos que os “jogos de linguagem” que emergem na paráfrase são muito mais plenos de sentidos do que qualquer recorte imanente da língua. Daí o nosso interesse por esta pesquisa.

Portanto, ainda que os dados apontassem para dimensões as mais variadas da paráfrase, conforme vimos em Fuchs (1982, 1985) e em Hilgert (1999, 2002), optamos por uma abordagem lingüístico-textual, tendo essa dimensão como nosso limite, em função dos objetivos aqui traçados.

Escolhido o *corpus*, redações de vestibulares da UFES/2006, optamos por uma análise qualitativa, já que pretendíamos demonstrar o papel que a paráfrase assume enquanto estratégia argumentativa de um sujeito manipulador de sentido. Essa análise levou-nos a compreender a importância da paráfrase em uma produção textual, o que nos remeteu diretamente a questões relativas ao trabalho com as produções de textos em salas de aula. Até porque observamos que essa temática da paráfrase é pouco ou nada abordada nos manuais didáticos.

Considerando que poucos trabalhos teóricos têm se voltado para a compreensão da atividade parafrástica em textos escritos, seu papel e seu funcionamento, esperamos que este nosso trabalho de algum modo possa contribuir para essa reflexão, tendo em vista, em especial, a subjetividade envolvida na estratégia argumentativa escolhida pelo sujeito no ato da produção textual, que foi a questão central de nossa pesquisa. Especialmente, porque em estudos voltados para abordagens tradicionalmente formais da paráfrase o papel ou presença do sujeito ou é negado ou relegado a um plano secundário.

Sem a pretensão de que as reflexões aqui empreendidas nem de longe esgotem o campo de possibilidades que o tema proporciona; pelo contrário, acreditamos que elas constituem apenas um prólogo de uma discussão mais abrangente acerca da argumentação e da produção de sentidos, deflagradas pelos jogos de linguagem, pois, na relação língua(gem)-mundo-sujeito, parafraseando Possenti (2001, p.69), há muito mais sentidos e efeitos de sentidos circulando na interação do que possa imaginar a nossa lingüística das formas.

Digressões a parte, fiquemos com Kristeva (1974, p.60) na defesa de que: “Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto”, sendo que a paráfrase ocupa um papel importante como uma das estratégias que propõe esse movimento argumentativo dos textos.

7 REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- ARROJO, R. **Oficina de tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1988.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. Tradução de Celena M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.
- ÁVILA, C. C. F. **Quem conta um conto, aumenta ou [diminui] um ponto**: a paráfrase como articuladora de significado diferente em texto oral e escrito. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, c1979, 2003. p. 261-106.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, c1979, 2000. p. 274-326.
- BARBISAN, L. B. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, M.; TEIXEIRA, M. (Org.). **Investigando a linguagem em uso**: estudos em lingüística aplicada. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.
- BARROS, D. L. P. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, p.129-156.
- BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidades**. 2. ed. São Paulo: USP, 2003.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução de Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984. p.19-16
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p. 397-404.
- CURY, M. Z.; PAULINO, G.; WALTY, I. V. **Intertextualidades**: teoria e prática. Belo Horizonte: Lê, 3. ed. 1998. p.30-41.
- DUCROT, O. **Dizer e não dizer**: princípios de semântica lingüística. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, c1972, 1977. p. 202-231.
- DUCROT, O. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.

FÁVERO; L. L.; ANDRADE, M. L. C. V.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita: Perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 2003.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-87

FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

FUCHS, C. A paráfrase lingüística. equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 8, p.129-134, 1985.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 184-191.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2002. p. 39-45.

GERALDI, J. W.; CITELLI, B.; JESUS, C. A. **Aprender e ensinar com textos**. São Paulo; Cortez, 1997. p.99-117.

HILGERT, J.G. Procedimento de Reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, p.103-127.

HILGERT, J. G. A paráfrase na construção do texto falado: O caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado: Desenvolvimentos**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002d, v. 6, p. 143-158.

ILARI, R. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2001.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2002.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. p.35-73.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002b.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002c.

KOCH, I. G. V. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. (Org). **Gramática do português falado: desenvolvimentos**. 3. ed. Campinas: UNICAMP. 1996. v. 1. p. 143-184.

KOCH, I. G. V.; Souza e Silva, M. C. P. Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Org.). **Gramática do português falado: estudos descritivos**. 2. ed. Campinas: UNICAMP. 2002d, v. 6. p. 371-404.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 21-45.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez. 1989. p. 11-41.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectivas, 1974. p. 61-71.

LIMA, F. F. Reformulação e retórica. **Caderno de estudos lingüísticos**, v.36, n. 3, p.217-226, set/dez. 2007, Disponível em: <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2007/sistema06/100.PDF>>. Acesso em: set/2007.

MARCUSCHI, L. A. Prefácio. In: KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado: Desenvolvimentos**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002d. v. 6. p.105-143.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife: EDUFPE, 2005.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 311-351.

NEVES, M. H. M. Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema. In: PRETI, D. **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 321-332.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 143-217.

PARÁFRASE. In: CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. Tradução e Adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 478.

PARÁFRASE. In: DUBOIS, J. et al. **Dicionário de lingüística**. Tradução, direção e coordenação de Izidoro Blikstein et al. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 453-455.

PARÁFRASE. In: TODOROV, T.; DUCROT, O. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Tradução de Alice Kyoto Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 274.

PERELMAN, C. **Lógica jurídica: nova retórica**. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 25-175.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2001. p. 246-253.

PLEBE, A. **Breve história da retórica antiga**. Tradução e notas de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU/USP, 1978.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 63-75.

REFORMULAÇÃO. In: MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-123.

RIBEIRO, N. B. **A paráfrase: uma atividade argumentativa**. 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

RIBEIRO, N. B. Autoria no domínio de gêneros discursivos: paráfrase e estilo. **Revista linguagem em (dis)curso**. Santa Catarina, v. 6, ano 1, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0601/05.htm>>. Acesso em: (13/09/2007)

ROCCO, M. T. F. A oralidade na escrita de Platão. In: PRETI, D. **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 279-286.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000. p. 231-508.

APÊNDICE A – LEITURA COMPLEMENTAR

ARROJO, R. A tradução como paradigma dos intercâmbios intralinguísticos. In: _____. **O texto: leitura e tradução**. ALFA: Revista de Lingüística. São Paulo, p.67-80, 1992.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2004.

BLUMENSCHIEIN, E. C. **Paráfrase e compreensão de textos**: alguns aspectos. 1997. 105f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KATO, M. A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, A. B. N. **A paráfrase e o cotidiano metalingüístico**: proposta de abordagem. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

PARÁFRASE. In: GREIMAS, A. J.; COURTRES, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 325-326.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.). **Gêneros**: Teorias, Métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 184-207.

_____. Oral e escrita em sala de aula: letramento escolar e gêneros do discurso. In: II Congresso Nacional da ABRALIN: [s.d.], **Anais...** Florianópolis: ABRALIN, [s.d.] CD-ROM. f. 1-9.

ROMANO, A. S. **Paródia, paráfrase e cia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988.

SAID, E. W. On repetition. **The World the text and the Critic**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

ANEXO 01 – TEXTO A

3ª QUESTÃO

(4,0 pontos)

Haiti

Quando você for convidado pra subir no adro,
da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos
pretos, dando porrada na nuca de malandros
pretos, de ladrões mulatos e outros quase
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres
São tratados (...)
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado,
Nem a lente do Fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão.

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)

"Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante; — indo-europeus e outras etnias brancas —, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres."

(Mir, Luis. Guerra Civil: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p. 81.)

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – ONG – voltada para a questão da injustiça social no Brasil.

Tendo em vista a canção *Haiti*, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de Inauguração do referido jornal.

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada. Os afrodescendentes continuaram marginalizados, tornando-se vítimas do preconceito, fruto de séculos de escravidão negra.

A falta de assistência aos escravos recém-libertos, como políticas de inserção social, levou a situação que se observa na atualidade. A minoria mais rica, poucos são os indivíduos pobres ou pretos, sendo a maioria esmagadora branca. Já na outra ponta da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se, ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza. O caminho para mudar essa situação passa pela educação do povo, para que sejam destruídos os pilares que sustentam o preconceito e que também servem de alicerce para as injustiças sociais, e o principal desses pilares é a ignorância.

Só é necessário democratizar a riqueza, tirar-lá das mãos dos poucos que a concentram e melhor distribuí-la entre todos, independente da cor da pele, como se fosse um "Robin Hood" moderno. Esse "Robin Hood" servirá para complementar, mesmo que tardiamente, a Lei Áurea, dando a todos a liberdade de fato, liberdade esta que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.

ESBOÇO GERAL DO TEXTO

ANEXO 02 – TEXTO B

3ª QUESTÃO

(4,0 pontos)

Haiti

Quando você for convidado pra subir no adro;
da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos
pretos, dando porrada na nuca de malandros
pretos, de ladrões mulatos e outros quase
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres
São tratados (...)
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado,
Nem a lente do Fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão.

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)

*Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, — indo-europeus e outras etnias brancas —, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres."

(Mir, Luis. Guerra Civil: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p. 81.)

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental — ONG — voltada para a questão da injustiça social no Brasil.

Tendo em vista a canção *Haiti*, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.

ESPAÇO RESERVADO PARA A REDAÇÃO.

Os problemas sociais aos quais a população mundial está cada vez mais exposta e desprotegida são inquietamente visíveis e perturbadores. Avançamos, claro. Contudo, algumas questões ainda nos fazem refletir sobre até que ponto nós mesmos nos consideramos evoluídos. Analisemos:

Já há algum tempo, o Brasil comanda uma missão de paz no Haiti, tipicamente exterminado por uma guerra civil. Lá, os índices de pobreza são altíssimos, e a miséria não para de crescer. No entanto, em meio a toda essa problemática, existe um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Além da miséria a qual estão submetidos, os atos racistas ainda são cometidos brutalmente.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença. Os índices de pobreza são muito maiores em regiões onde a etnia negra é predominante. Estatísticas revelam que, no Brasil, dentre o 1% mais rico da população, 88% são brancos.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios quando, em consideração nossos índices socioeconômicos? Evidentemente, alguns de nossos líderes preferem fechar os olhos a tamanha incompatibilidade e viver em uma realidade utópica inexistente.